

Fundação Oswaldo Cruz  
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

# **Mídia, Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma análise crítica**

**Júlia da Silva Almeida**

Rio de Janeiro – RJ  
2005

Fundação Oswaldo Cruz  
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

# **Mídia, Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma análise crítica**

Júlia da Silva Almeida

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, para a conclusão do Curso Técnico de Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental.

Orientador: Prof. Sérgio Ferreira de Menezes  
Co-orientador: Alfredo César Tavares de Oliveira

Rio de Janeiro – RJ  
2005

## Epígrafe

*“Somos nazistas alienados  
Contribuindo semi-cegos  
Para os campos de concentração de renda.  
Criamos necessidades de consumo  
Inúteis, matando chances e gentes ainda mais cegas.  
Quem tem olhos tem bolsos cheios e milhões de vendas.”*  
(Fabio Rocha)

*“(…) Queremos saber, queremos viver  
Confiantes no futuro  
Por isso se faz necessário prever  
Qual o itinerário da ilusão  
A ilusão do poder  
Pois, se foi permitido ao homem  
Tantas coisas conhecer  
É melhor que todos saibam  
O que pode acontecer (..)”*  
(Gilberto Gil)

*Ao querido avô João Ferreira de Almeida (em memória), a quem devoto carinho, admiração e respeito, e que onde quer que esteja presencia o término de uma fase de minha vida, marcado pela elaboração deste trabalho.*

## Agradecimentos

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho:

Ao professor Sérgio Menezes, por ter aceitado a tarefa de orientar este trabalho, compartilhando sua experiência e seus conhecimentos sobre o assunto abordado, bem como pela atenção e pelo empenho demonstrado no decorrer da confecção da pesquisa.

Ao co-orientador Alfredo César de Oliveira pela dedicação, atenção e conselhos quanto ao processo de elaboração do trabalho, contribuindo também no empréstimo de importantes materiais.

À professora Ana Júlia, quem admiro muito, pelo auxílio, sobretudo na parte de análise de conteúdo e pelas inúmeras observações construtivas.

Aos pais, José Carlos e Teresa, e ao irmão, João Henrique, meus maiores incentivadores, pelo amor e apoio estrutural e emocional, além da ajuda quanto à digitação e à pesquisa do assunto abordado neste estudo.

Aos grandes amigos conquistados durante os três anos de curso na Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, como Fernanda, Liduína, Amaya, Renan, Viviane, Vanessa e Karen, pela contribuição quanto à idéia inicial para o tema deste trabalho e ao esboço de um primeiro projeto de pesquisa, bem como pela busca de materiais, por importantes sugestões e, principalmente, pelo carinho e incentivo em todos os momentos.

À professora Maria Amelia Costa, cujas discussões referentes ao meio ambiente, à mídia e ao modelo de desenvolvimento predominante na sociedade contemporânea, durante as aulas, foi motivação e base para grande parte dos aspectos tratados a elaboração do presente trabalho.

Ao amigo Paulo Honório dos Santos, pelo auxílio na digitação da pesquisa.

## **Resumo**

Esta pesquisa aborda por meio de uma forma crítica e de análise de conteúdo como a mídia refere-se a questão ambiental no Brasil, durante a semana do meio ambiente, no ano de 2005. A partir da compreensão do modo como ocorreu o avanço das relações capitalistas no Brasil e no mundo, o estudo tratou dos problemas ambientais com o qual o país convive desde o seu descobrimento pelos portugueses e sua dimensão na sociedade contemporânea, bem como se deu o desenvolvimento da mídia escrita, neste caso analisado por meio de um breve histórico na Revista *Veja*. A abordagem de tais aspectos se constituiu como base de análise de conteúdo que esse semanário veiculou no decorrer da semana do meio ambiente, entendendo neste sentido a mídia como um veículo manipulador de opinião. Foi possível perceber traços e marcas de interesses políticos e econômicos nas matérias publicadas, assim como seu caráter fragmentado e superficial. A relevância estratégica dessa pesquisa resgata para olhares crítico-reflexivos a respeito das informações veiculadas com relação à problemática ambiental, o que representa um ponto fundamental para o exercício de cidadania.

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>8</b>
<b>I-Desenvolvimento Econômico Brasileiro</b>	<b>10</b>
1.1)Contexto Histórico Mundial	10
1.2)E como se deu no Brasil?	17
<b>II-A Questão Ambiental no Brasil</b>	<b>26</b>
2.1)A degradação ambiental no Brasil	26
2.2) Evidências da destruição: o caso do Estado do Amazonas	29
2.3)A crítica ambiental no Brasil e a política internacional	32
<b>II-O Desenvolvimento da Mídia Escrita no Brasil</b>	<b>38</b>
3.1)A Imprensa Brasileira (Histórico)	38
3.2)As Revistas no Brasil	44
<b>IV-O Interesse da Mídia sobre as Questões Ambientais</b>	<b>49</b>
4.1)Mídia e Meio Ambiente	49
4.2)Sobre a <i>Veja</i>	51
4.3)Descrição da Capa	54
4.4)Observações Gerais	55
4.5)Análise de Conteúdo	60
4.5.1)Reportagem <i>Da Floresta ao Deserto</i>	60
4.5.2)Reportagem <i>Para fugir do petróleo, Biocombustível</i>	64
<b>Conclusão</b>	<b>69</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>71</b>

## **Introdução**

Historicamente, o ser humano, na medida em que desenvolve seus meios de produção, modifica a natureza e, conforme ocorre a evolução de tais instrumentos, os impactos sobre a mesma ganham uma maior proporção (LEAL et.al, 1992).

Nossa sociedade, ao longo do tempo, tem passado por diferentes momentos que correspondem, cada qual, a um modelo de produção. Este, então, de acordo com o surgimento de novas tecnologias, define como recurso tudo aquilo que julgue aproveitável para o seu desenvolvimento e manutenção.

Atualmente, vigora o sistema capitalista de produção, o qual traz consigo uma série de aspectos bastante questionados, no que diz respeito ao meio ambiente. No Brasil, cujo modelo de desenvolvimento se baseia na lógica desse sistema, a modernização, dita incompleta e excludente, resultou “na ocupação predatória dos espaços urbanos e rurais” (LEAL et.al, 1992, p.15), provocando diversos danos ambientais, os quais abrangem não apenas as questões do desmatamento, aquecimento global, dentre outros, mas também a concentração da posse da terra, a exclusão social, a pobreza.

Além disso, tal modelo determina idéias e valores padronizados, tendo a mídia como um forte aliado com relação à transmissão dos mesmos. A mídia, ao selecionar as matérias a serem publicadas e veiculadas, fundamenta-se em uma gama de circunstâncias externas que estabelecem o grau de visibilidade que um assunto deve possuir perante a população. Dessa forma, consideram-se hoje os meios de comunicação como instrumentos utilizados com a finalidade de manipular o pensamento dos cidadãos, de modo que estes não construam um pensamento crítico acerca dos acontecimentos à sua volta.

A semana do meio ambiente teve origem com a criação do Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), o qual, por sua vez, foi estabelecido durante a Conferência de Estocolmo, convocada pela Organização das Nações Unidas no ano de 1972. Nessa conferência, participaram representantes de vários países e organizações não-governamentais, com vistas a chamar a atenção da população mundial para os problemas ambientais com que convivemos. Daí a importância de estudar o enfoque dado ao meio ambiente no decorrer desse período.

O estudo presente, assim, apresentou a maneira como mídia, especificamente a mídia escrita, tem abordado a questão ambiental no Brasil, com enfoque no período correspondente à semana do meio ambiente, durante o ano de 2005, buscando-se perceber os interesses de ordem política econômica que acompanham as informações veiculadas.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a discussão acerca do desenvolvimento econômico brasileiro, das questões ambientais e das características assumidas pela mídia, em função do avanço capitalista no país, a fim de que, entendendo esse processo, se pudesse realizar uma análise de conteúdo de duas reportagens, publicadas pela revista semanal *Veja*, (de maior circulação no país), que tratam e aspectos relativos ao o meio ambiente, durante o período proposto.

A análise de conteúdo implica, em sua aplicação, a verificação de hipóteses ou questões (no caso, a de saber a influencia da mídia escrita e os interesses existentes na veiculação de informações sobre o meio ambiente) e à descoberta do que esta por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado, de forma a interligá-los ao contexto em que vive a sociedade e às relações que nela se estabelecem (GOMES, 2002).

A pertinência dessa pesquisa está na notável dimensão que a problemática ambiental tem atingido, nos últimos anos, em todo planeta e ao se considerar o papel que possui a mídia no que diz respeito à divulgação dessa questão, com suas implicações políticas e econômicas, imprimindo valores e idéias para a sociedade.

Assim, a existência de trabalhos que tratem da forma com que os problemas ambientais são abordados por tal meio de comunicação pode contribuir para atentar a população, no sentido de que esta, ao receber as informações, incida sobre elas uma olhar mais crítico, o que significa não aceitar que as regalias de uma minoria se sobreponham ao direito que possuem todos os cidadãos de viver em um ambiente saudável. Daí a significação deste estudo.

## Capítulo I

### Desenvolvimento econômico brasileiro

#### 1.1) Contexto Histórico Mundial

O desenvolvimento econômico do Brasil não pode ser tratado de forma isolada, considerando-se apenas fatores internos. Sua abordagem implica todo um conjunto de aspectos que dizem respeito às transformações por que passa a sociedade mundial ao longo dos tempos. Desse modo, faz-se de extrema importância apresentar como o país se inseriu no âmbito dessas modificações, a fim de entendermos o que determinou a sua situação atual perante os demais países do globo.

Desde os tempos mais remotos, o ser humano interage com a natureza e a modifica para a sua sobrevivência, descobrindo aos poucos as diversas maneiras de utilizar o que nela está presente.

À medida que desenvolve novas técnicas de intervir em seu meio, o homem amplia os impactos sobre o mesmo, passando a pensá-lo como não somente uma fonte de recursos para a sua subsistência, mas de acumulação, valor, troca e dominação. Surge, então, o desejo pela busca por novas terras onde estejam presentes tais recursos. Por esta razão, a disseminação da atividade comercial possibilitou um maior intercâmbio cultural entre os vários povos e, conseqüentemente, um maior desenvolvimento técnico. No entanto, intensificaram os conflitos e a exploração sobre os homens e os recursos naturais.

Por muito tempo a terra representou a base da riqueza humana. Na Europa do século XIII, essa situação começava a se modificar, com a decadência do sistema feudal, onde a nobreza detinha uma terra vasta que era cultivada por servos, os quais pagavam tributos a mesma (VICENTINO,1991).

Surgia, dessa forma, o ponto de partida para o surgimento de um sistema conhecido como capitalismo, cujo elemento central, como o nome sugere, é o capital. Esse modelo predomina, com muito vigor, até os nossos dias.

O capitalismo comercial surgiu, na Europa, com as Grandes Navegações dos séculos XV e XVI, de forma a ampliar as relações mercantis, indo além das fronteiras européias. A conquista de novas terras, principalmente da África e da América, criou um

ciclo de reprodução do capital que se encontrava fundamentado na circulação e distribuição de mercadorias realizadas entre metrópoles e colônias. Nesse momento, surgiu a Divisão Internacional do Trabalho, na qual as colônias produzem e exportam matérias-primas e importam os manufaturados das metrópoles. Nesse período, ocorreu o fortalecimento da classe burguesa, a qual abrangia comerciantes que visavam o lucro, tendo como estrutura econômica o mercantilismo, que era parte integrante dos Estados absolutistas, uma vez que permitiu a acumulação de riquezas a partir das medidas de protecionismo de seus mercados internos. Desse modo, cresceram as relações espaciais, alicerçadas na escravização e na exploração colonial. Cabe destacar que, nessa época, a riqueza e o poder de uma nação eram mensurados pela quantidade de metais preciosos que possuíam (metalismo).

O mercantilismo foi de extrema importância para o desenvolvimento do capitalismo, mas foi no século XVIII que este se fortaleceu, por meio das diversas transformações econômicas e sociais que conduziram à chamada Revolução Industrial. Esta, com o surgimento do carvão mineral como fonte de energia e posterior invenção das máquinas a vapor, originando o chamado capitalismo industrial.

A Revolução industrial, em sua primeira etapa, restringiu-se praticamente à Inglaterra, onde já existiam as pré-condições para a industrialização proporcionada pela grande quantidade de capital acumulada, pelo vasto império colonial, bem como pelos benefícios proporcionados pelas inovações no processo produtivo, tais como o emprego do carvão mineral, que inaugurou a siderurgia moderna. Além disso, há de se destacar o notório êxodo rural que disponibilizava mão-de-obra para as cidades a partir do “cercamento dos campos”, consolidando o Estado Liberal Burguês (HOBSBAWN, 2004). A industrialização alterou não somente o modo de produção, mas também atuou na configuração do espaço geográfico. Ela transformou as relações sociais e territoriais, disseminou cultura e técnica, intensificou a concorrência entre as nações e permitiu o crescimento das cidades, além de realizar uma atuação mais agressiva sobre os recursos da natureza.

Nas fábricas inglesas, as máquinas a vapor ditavam o ritmo da produção, seguido pelos operários. Estes, que utilizavam mulheres e crianças no processo industrial, uma vez “expulsos” dos campos, passaram a se concentrar no meio urbano, em péssimas condições de higiene e moradia, sendo submetidos a salários baixos, a longas jornadas de trabalho e

não dispondo de qualquer lei trabalhista. Parte dos trabalhadores que não se encontravam nas fábricas foi absorvida pelas minas carvão, as quais propiciavam também condições sub-humanas à mesma, de modo a terem ocorrido inúmeras mortes em função de acidentes, doenças e pela exaustiva carga de trabalho.

Como se pode perceber, o sistema capitalista industrial prima pelo lucro advindo da produção de mercadorias, baseada, por sua vez, na exploração da mão-de-obra. Dessa forma, estabelecia-se uma relação entre quem detém os meios de produção (burgueses) e a classe de trabalhadores, que vende sua forças-de-trabalho em troca de uma remuneração (MOTA, 1991).

É essencial explicitar que foi no século XVIII que surgiu uma nova teoria no campo da economia: o liberalismo econômico. Com a crise do Antigo Regime e o fortalecimento do modo de produção capitalista, através das Revoluções Burguesas e da Revolução Industrial, precisava-se de fundamentos que justificassem e contribuíssem com a manutenção da ordem capitalista. Tal teoria possuía alguns princípios, dentre os quais pode-se destacar a existência de leis naturais em economia, como a lei da oferta e da procura; a livre concorrência; a defesa da propriedade privada; o combate ao mercantilismo e a divisão internacional do trabalho (VICENTINO, 1991).

O pioneirismo inglês na industrialização, sustentado pela acumulação de capital ao longo do tempo, lhe conferiu o título de potência mundial, abrindo o caminho do processo industrial para outras economias, o qual passou a ser fundamental para o processo de todo o mundo. Em grande parte da Europa e nos Estados Unidos já ocorriam importantes mudanças quanto à população, ao setor de transportes e ao comércio, as quais evidenciavam um mundo que rumava para a industrialização (HOBSBAWN, 2004).

Nessa trajetória de desenvolvimento industrial, ocorreu, na segunda metade do século XIX, um conjunto de transformações no processo produtivo, que contou com incorporação da ciência (acelerando-o e aumentando a produtividade) e com a inserção de novas fontes de energia, como petróleo e a eletricidade. Essas mudanças corresponderam ao período conhecido como Segunda Revolução Industrial.

Durante essa época, aprofundou-se a Divisão Internacional do Trabalho. Com a primeira etapa de industrialização no Século XVIII, o sistema colonial, organizado de acordo com a lógica mercantil, desestruturou-se completamente acarretando a

independência das colônias inglesas da América do Norte (Estados Unidos) e, posteriormente da América luso-espanhola, modificando-se, então, as relações de comércio que passaram, devido à necessidade de mercados consumidores, a se realizar entre os países centrais (antigas metrópoles) e os periféricos (ex-colônias), onde estes exportavam bens primários e importavam o que era produzido nos países centrais. Ganham destaque nessa “nova ordem” as grandes empresas, que, em função da necessidade de maiores investimentos exigidos pela crescente incorporação de tecnologias, começavam a se fundir controlando grande parte do mercado e formando oligopólios, enquanto as pequenas e médias empresas desapareciam. Era o chamado capitalismo monopolista e financeiro que florescia.

A partir do estabelecimento de tais integrações, as potências industriais iniciam uma “corrida” pela conquista de áreas coloniais na África, na Ásia e na América Latina. Esse momento ficou conhecido como Imperialismo ou Neocolonismo. As principais razões para o mesmo, diziam respeito à busca por mercados consumidores e por matérias-primas “estratégicas” (como o petróleo), e à necessidade de escoar excedentes populacionais, dentre outras. As conseqüências de tal colonização são sentidas até os dias atuais pelas populações que foram torturadas e submetidas ao trabalho compulsório, no caso mais específico da África e da Ásia, e que são vitimados pela “herança colonial”, baseada na concentração fundiária e dependência estrangeira.

Retornando ao interior das fábricas dos países centrais, ocorreu, no início do século XX, a introdução de uma nova metodologia de organização da produção e do trabalho industrial, conhecido por Taylorismo-fordismo (nome referente a W.Taylor e Henry Ford, que criaram tais métodos). Nesse modelo, tinha-se a produção em série (linha de montagem) das mercadorias, sob um rígido controle do tempo gasto no processo; os produtos eram padronizados e destinados ao consumo de massa. A produção acelerada contava com um elevado número de trabalhadores, que possuíam baixos níveis de qualificação e que estavam inseridos na chamada divisão técnica do trabalho (as tarefas eram subdivididas ao máximo), realizando atividades repetitivas. Fazia-se evidente a separação entre trabalho intelectual e manual, (concepção e execução), havendo também uma hierarquização no controle da produção, a partir da qual os operários perdem seu saber, seguindo rigidamente as determinações de técnicos e administradores. Esse modelo

de organização industrial implicou o aumento da produtividade atingindo o seu auge nas décadas de 1950 e 1960 e seu esgotamento na década de 1970 (VESENTINI, 2001).

O sistema capitalista vivia um momento de prosperidade. No entanto, foi atingida por uma crise de superprodução que abalou suas estruturas. Esta teve início nos Estados Unidos, propagando-se rapidamente para outras regiões de economia capitalista.

Para contornar tal situação, o presidente norte-americano Roosevelt, na década de 1930, adotou uma série de medidas, conhecidas pelo nome de New Deal. Muitas dessas medidas estavam baseadas em idéias do britânico John Keyne, o qual propunha a formação de um estado forte, que controlasse o mercado e estabelecesse regras. Além disso, era preciso que se aumentassem os salários dos operários e se reduzisse a jornada de trabalho para oito horas. Houve também a legalização dos sindicatos, que passaram a gozar de amplo poder de negociação; o desenvolvimento da previdência social e a criação do salário-desemprego, buscando minimizar a situação dos desempregados. Adoção do Keynesianismo (nome dado a esse conjunto de mudanças) garantia o estado de bem-estar social, a fim de criar condições para que os trabalhadores pudessem consumir (Tavares, 1991).

Entretanto, foi somente com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e com a inserção dos Estados Unidos no conflito, que a ameaça da depressão foi afastado. A guerra constituía-se como a saída da crise, e possibilitaria uma nova divisão dos mercados e uma retomada do crescimento industrial.

A crise de 1929 acarretou também importantes mudanças na América Latina. Esta, que nessa primeira metade do século XX, já cumpria uma função periférica no plano da divisão internacional do trabalho, assistiu ao recuo do capital inglês e à penetração do capital norte-americano. Após a depressão, passou-se a priorizar o processo de industrialização na América Latina, havendo paralelamente a implantação de uma vasta rede ferroviária. Os altos juros cobrados pelos empréstimos aumentavam cada vez mais a dependência desses países em relação às economias capitalistas centrais. Durante a Primeira Guerra Mundial, alguns países latino-americanos (caso do Brasil e Argentina) apresentavam surtos de industrialização, com as chamadas “indústrias de substituição”, que, entretanto, não proporcionaram, em essência, a alteração do modelo agro-exportador,

uma vez que se matinha uma estrutura oligárquica e elitista, a fim de que permanecesse um modelo dependente do mercado externo.

Como já foi mencionado, a Segunda Guerra surgiu como saída da crise. Tal conflito redefiniu a ordem mundial em favor de duas superpotências. Os Estados Unidos, cuja supremacia estava fundamentada no uso do dólar como padrão monetário internacional, na capacidade de financiar a reconstrução de países destruídos com a guerra e na ampliação dos investimentos das empresas transnacionais nos países subdesenvolvidos. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), por sua vez, emerge como potência de primeira grandeza, exercendo considerável influência sobre a Europa Oriental. Paralelamente, presenciou-se o declínio da força econômica, política e mesmo cultural das nações européias, e representou uma das causas do movimento de descolonização afro-asiáticas, que eclodiu nos vinte e cinco anos que se seguiram à guerra e que configurou uma espécie de pano de fundo para os conflitos ideológicos, políticos e econômicos entre as superpotências (BRAICK, 2003.).

O mundo do pós-guerra tornava-se bipolar, iniciando o período conhecido como Guerra Fria, onde os dois centros de poder eram regidos por ideologias opostas: a capitalista e a socialista. Quanto à primeira, suas características já foram explicitadas neste capítulo. O socialismo surgiu como uma reação de pensadores e intelectuais aos problemas sociais produzidos, pelo desenvolvimento do capitalismo, a partir da Revolução Industrial. Ele pregava uma economia planificada, em que haveria a propriedade coletiva dos meios de produção. O primeiro país a adotar o socialismo foi a Rússia, em 1917, cujo domínio permitiu a formação, em 1922, da URSS, com várias outras áreas anexadas.

Instalou-se também uma disputa entre as indústrias bélicas estadunidenses e soviéticas pelo poderio do armamento nuclear. O planeta vivia sob a ameaça de uma nova tecnologia capaz de dizimar toda a população mundial. Além disso, tais nações competiam pela aquisição de novas áreas de influência, razão pela qual os Estados Unidos, o que os levou a investir na reconstrução da Europa e a criar, com objetivos “defensivos”, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) de caráter militar, em 1949, reunindo a Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Canadá (VESENTINI, 2001.).

Na década de 1980, emergia uma crise na URSS, que não conseguia promover o crescimento econômico e competir com as grandes potências capitalistas, uma vez que

havia concentrada todos os seus esforços na indústria bélica, mostrando-se incapaz de manter o ritmo de modernização. O resultado foi a ruína do bloco como um todo, havendo a queda do Muro de Berlim, em 1989, que marcou o termino da Guerra Fria e a “vitória” do sistema capitalista.

Ainda durante tal confronto, assistiu-se ao surgimento de um novo padrão de desenvolvimento tecnológico, que transformou o processo produtivo e definiu uma nova organização da economia global no decorrer da década de 1970. Era a Terceira Revolução Industrial ou Revolução Tecnocientífica. A “economia do dólar” era substituída pela flutuação cambial e o “choque do petróleo”, em 1973, que significou a elevação dos preços do petróleo por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), proporcionava alta inflação nas economias desenvolvidas. Esse momento também foi marcado pelo esgotamento do Estado de bem estar social (Keynesianismo) e conseqüente resgate do ideário liberal, pregando-se a participação mínima do Estado, a fim que o mercado funcionasse livremente, através da privatização de empresas estatais e da redução do poder dos sindicatos.

Na revolução tecnocientífica, fase contemporânea do capitalismo, tem-se a incorporação de técnicas avançadas no processo produtivo, resultante do conhecimento científico. A nova onda de inovações está alicerçada sobre tecnologias de microeletrônica e da transmissão de informações e sobre a automatização e robotização industriais. Cada vez mais as modernas máquinas substituem a mão-de-obra humana na fabricação, acelerando a produção e aumento a produtividade, de um lado, e agravando o desemprego de outro. A força-de-trabalho é flexível, não há um vínculo empregatício, sendo contratada somente durante certo tempo, com a exigência de que seja qualificada.

As grandes empresas passam a adotar um procedimento que consiste em decompor o processo produtivo e dispersar suas etapas em escala mundial, cada qual em busca de menores custos operacionais. Estas se transferem principalmente para as áreas menos avançadas, onde a organização é precária e o poder de luta dos trabalhadores é pouco significativo (MAGNOLI, 2003).

Além disso, observa-se, atualmente, a configuração de uma economia mundial, com a formação de mega-mercados, que visa ampliar a integração entre os países, tendo-se como exemplo a União Européia, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte

(NAFTA) e o Mercosul (Mercado comum do Sul). É globalização que surge para unir a diferentes partes do planeta.

Contudo, o que se percebe é que essa integração entre as nações não ocorre (e nunca ocorreu) de forma igual. O enriquecimento dos países de economia avançada se deu às custas do empobrecimento de outras regiões, a riqueza está concentrada nos primeiros.

A “evolução” do sistema capitalista sempre caminhou através do aprofundamento da distancia entre aqueles que têm e os que não têm; entre ricos e pobres, tendo por base a exploração do homem pelo homem, na busca incessante pelo lucro. As conseqüências de todo esse processo se refletem hoje de forma evidente no planeta inteiro e revelam a predominância de um padrão de desenvolvimento que, inicialmente tido como instrumento capaz de oferecer uma vida melhor e mais duradoura por meio da sofisticação de suas técnicas, vem ao contrário “destruindo o ambiente, poluindo o ar, contaminando a água e os alimentos, derrubando florestas”(BUSS, 1992,p.28), ampliando as desigualdades sócio-espaciais e estabelecendo a primazia do crescimento econômico, em detrimento do desenvolvimento social.

## **1.2)E como se deu no Brasil?**

A “descoberta” das terras brasileiras no ano de 1500 inaugurou uma situação de dependência que se prolonga até os dias presentes.

Durante o período colonial que se estendeu até o Século XIX, a vida econômica do Brasil esteve regida pela política dos Estados Mercantilistas, a qual era definida pelo chamado “exclusivo comercial”, ou “pacto colonial”. Neste, a colônia apenas poderia estabelecer vínculos comerciais com sua metrópole e estaria proibida de desenvolver quaisquer atividades produtivas que viessem a competir com as desta, ou que pudessem prejudicar seus interesses. No decorrer dessa fase, Portugal enriqueceu com a extração do pau-brasil e, posteriormente, com a prosperidade das exportações de cana-de-açúcar, cuja produção se estruturou na monocultura (“plantations”), no latifúndio e na mão-de-obra escrava. Além disso, no Século XVI, enquanto a produção açucareira declinava, ganhava espaço e extração de ouro e diamantes, possuindo como “atividades auxiliares”: a pecuária

(destinada ao mercado interno); o cultivo de tabaco e a aguardente (utilizados no escambo africano), bem como as drogas do sertão, que contribuíram para a ocupação da região amazônica, e o algodão, que apresentou relativo crescimento, no nordeste, no Século XVIII.

Na segunda metade do Século XVIII, momento em que se deu a Revolução Industrial na Inglaterra, o governo português proibiu o funcionamento de fábricas na colônia, em 1785, a fim de não houvesse ameaça à venda de tecidos e roupas britânicas que eram comercializados pelos portugueses no Brasil. Cabe ressaltar que essa medida restaurou o Tratado de Methuen, de 1703, no qual “Portugal se comprometeu a adquirir tecidos da Inglaterra, enquanto, esta compraria seus vinhos” (BRAICK, 2003, p.226). Esse tratado impediu o real desenvolvimento manufatureiro português e estabeleceu a dependência deste país em relação à economia inglesa. Em consequência, também o Brasil se encontrava dependente da mesma, vindo a assinar o Tratado de 1810, que conferiu aos ingleses uma tarifa alfandegária preferencial, o que intensificou sua influência no mercado brasileiro.

A proclamação da independência do Brasil em 1822, pouco modificou a estrutura de sua economia, organizada em função da aristocracia rural e baseada na grande propriedade monocultora e na escravidão, bem como na crescente articulação com as economias centrais, sobretudo a Inglaterra, potência capitalista do Século XIX. Nesse momento, o Império sofria com uma crise econômico-financeira, decorrente dos vários empréstimos estrangeiros e também de problemas com os principais produtos da pauta de exportações, como o açúcar (que enfrentava a concorrência antilhana), o tabaco (cuja produção foi desestimulada dado às pressões inglesas pelo fim do tráfico de escravos), e o algodão (a produção norte-americana domina o mercado mundial). A industrialização também não era viável, em virtude da não existência de um mercado interno considerável, a indisponibilidade de capitais e a renovação dos Tratados de 1810, em 1827, dentre outros aspectos (COTRIM, 1991).

Foi nesse quadro crítico, porém, que emergiu no Brasil a cultura do café, iniciada no Vale do Paraíba, contando com condições climáticas favoráveis, utilização de mão-de-obra escrava com o predomínio do porto do Rio de Janeiro. A partir de meados do Século XIX, o cultivo cafeeiro se expandiu para o oeste paulista, onde passou pelo período de maior

prosperidade, superando a produção do Vale do Paraíba e tornando o porto de Santos o mais importante do país.

A eliminação do tráfico negreiro em 1850, a fim de atender os interesses do mundo capitalista em ascensão, fez com que prevalecesse nas lavouras de café a mão-de-obra assalariada, representada por imigrantes europeus. O trabalho assalariado permitiu a disponibilização de capital, “aplicado em sua própria expansão e em alguns setores urbanos, como a indústria e as ferrovias” (BRAICK, 2003, p.379). As ferrovias resultaram, principalmente, de investimentos estrangeiros (com intensa participação inglesa), sendo fundamentais para o escoamento de matérias-primas e produtos agrícolas, bem como sua chegada aos portos.

A burguesia cafeeira paulista dispunha de uma mentalidade empresarial, modernizada a produção e tornando-se acionista de empresas, comerciantes e até industriais. Configurou-se, então, um complexo cafeeiro capitalista, que “ampliou a escala de produção e de formação de capital” (MAGNOLI, 2003, p.127), financiando as importações de manufaturados e se enquadrando na nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) estabelecida com a produção Industrial.

Os primeiros espaços relevantes para a industrialização brasileira tiveram origem na segunda metade do Século XIX, beneficiando-se estrutura construída pela economia cafeeira, assim como do fim dos Tratados de 1810 (1843); as Tarifas Alves Branco (1844), que aumentavam as taxas alfandegárias para cerca de três mil artigos importados, estimulando a produção industrial; o fim do Tráfico Nегreiro (1850) permitiu que os capitais investidos na compra de escravos fossem redirecionados para o mercado interno (BRAICK, 2003).

Nesse período, surgiram empreendedores, como Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, que implantou a primeira ferrovia brasileira, entre Petrópolis e Rio de Janeiro, entre outros empreendimentos. Foi proprietário de diversas companhias fundadas no país e responsável pela instalação dos primeiros cabos telegráficos submarinos, ligando o Brasil à Europa, dentre outros feitos. Seu “projeto industrial”, todavia, fracassou, em virtude da concorrência estrangeira e a ausência de interesse das elites agrárias.

A enorme preocupação do governo brasileiro com o destino da agricultura ajudava a fechar ainda mais o caminho para o mundo. Em vez de se preparar

para enfrentar o problema do fim da escravidão promovendo atividades alternativa, o governo embarcou no projeto ultraconservador de frear a economia e apostar numa imigração de quase escravos- e assim acabou sacrificando todo o resto, num momento em que o mundo andava na direção oposta (CALDEIRA, 1999, p.329).

Durante a chamada Primeira República, a economia brasileira permaneceu baseada na produção cafeeira, sendo adotada uma política emissionista, conhecida como Encilhamento, que apesar de ter criado um certo número de empresas acelerou a inflação. No final do Século XIX, a alta do preço do café no mercado internacional estimulou a expansão da lavoura no país, resultando na superprodução e conseqüente queda dos preços nos mercados consumidores. O governo, então, desvalorizou a moeda brasileira e contraiu novos empréstimos no exterior para honrar os anteriores, provocando um aumento geral nos preços internos e no custo de vida.

Nessa época (última década do Século XIX), ocorreu o primeiro surto industrial brasileiro, “sustentado pelos capitais, trabalhadores, consumidores e infra-estruturas de transportes que surgiram no interior do complexo cafeeiro capitalista” (MAGNOLI, 2003, p.127). Surgiram diversas fábricas, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo. Esta cidade, já no início do Século XX, tornou-se o pólo industrial do país.

Há de se ressaltar que, ao mesmo tempo em que se beneficiaram da expansão da economia cafeeira, as indústrias nascentes do país apresentavam suas melhores fases quando aquela se encontrava em crise. Essa situação se dava em virtude de tais crises proporcionarem o redirecionamento de investimentos externos e da mão-de-obra para as fábricas nacionais. Contudo, muitas destas, quando o café voltava à prosperidade, chegavam a falir, uma vez que não podiam concorrer com os produtos estrangeiros. Assim, “a força do café oprimia a indústria nascente” (MAGNOLI, 2003, p.128).

Nesse período, houve uma diversificação das atividades econômicas do país, mas o café ainda era hegemônico, mesmo com suas fases críticas. Visando evitar outras crises e regularizar a situação, foi realizado, em 1906, o Convênio de Taubaté, que determinou um preço mínimo por saca; a compra e o estoque dos excedentes pelo governo para “possível utilização futura”, de forma que seriam utilizados empréstimos externos; por cada saca

exportada seria cobrado um novo imposto para pagar os juros dos empréstimos; e outras medidas que buscavam a valorização do produto (COTRIM, 1999).

Com a Primeira Guerra Mundial, ocorreu a redução das vendas para o mercado externo, levou a novas desvalorizações do preço do café. Entretanto, o conflito se mostrou benéfico ao setor industrial, devido às dificuldades encontradas para a importação dos manufaturados. Na década de 1920, a situação do complexo cafeeiro voltou a se complicar, sendo agravada pela “quebra” da Bolsa de Nova York em 1929, a qual provocou uma grande crise para o capitalismo mundial. O governo brasileiro ficou sem condições de manter a política de valorização do café e realizou crescentes emissões de moeda, agravando ainda mais a situação do país e enfraquecendo a hegemonia das burguesias paulista e mineira, que dariam lugar às classes médias e à burguesia industrial, após a chamada “Revolução de 1930”, que levou Getúlio Vargas ao poder.

O presidente promoveu a decolagem industrial do país, favorecida pela queda brusca tanto das exportações agrícolas, quanto das importações, o que permitiu o crescimento das industriais com relativa proteção contra a concorrência estrangeira. As agroexportações se reerguiam e financiavam a aquisição de máquinas e equipamentos para a indústria de bem de consumo; além de ceder de forma intensa sua força de trabalho para as fábricas (MAGNOLI, 2003).

Getúlio Vargas adotou diversas medidas com vistas à expansão do parque industrial brasileiro. Instituiu tarifas protecionistas, promoveu incentivos fiscais às indústrias, ampliou o sistema de crédito, controlou os preços e estabeleceu uma política de contenção dos salários. Também investiu na ampliação dos setores de energia, transportes e na indústria de base, com destaque para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941 e, no ano seguinte, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), ambas de controle estatal, num período em que se iniciava o chamado “modelo de substituição das importações”.

No plano social, o período apresentou problemas quanto à questão do proletariado urbano, que vivia em condições de vida precárias, com baixos salários e longas jornadas de trabalho, bem como a exploração do trabalho feminino e infantil. Tal situação foi motivo de diversas manifestações, sobretudo por meio de greves, realizadas pela classe operária. No campo, a população vivia miseravelmente, sendo vítima de inúmeras doenças, do

analfabetismo, do abandono por parte do governo, da submissão ao controle político dos “coronéis” (COTRIM, 1999).

Com a queda de Vargas, assumiu o poder Eurico Gaspar Dutra, tentou-se implementar medidas de incentivo à industrialização, por meio, principalmente, à importação desenfreada de produtos da indústria norte-americana e à aquisição de empresas estrangeiras já praticamente falhidas. Adotou-se um plano conhecido como SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), que, no entanto, não apresentou muitos resultados.

Eleito em 1950, Getúlio Vargas desenvolveu uma política econômica de caráter nacionalista, procurando estimular o capital nacional; elaborando um “projeto de desenvolvimento que integrasse a agricultura, a indústria pesada e a emergência política das massas” (BRAICK, 2003, p.498); e criando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), além de estatizar a geração de energia elétrica com a Eletrobrás e criar a Petrobrás, tendo o Estado o monopólio sobre a exploração do petróleo. Em virtude dessas medidas nacionalistas, os Estados Unidos romperam com os empréstimos ao país e intensificou a disputa entre a burguesia (dependente do capital internacional) e o Estado, o qual ainda aumentou em 100% o salário mínimo, resultando em forte reação dos empresários e de parte da imprensa contrária ao governo.

O caráter protecionista de Vargas foi substituído pela abertura ao capital internacional da presidência de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961). Este abriu espaço para a instalação de diversas empresas multinacionais, buscando a modernização da indústria nacional, com o chamado Plano de Metas, cujo lema era “50 anos em 5”. Implantou indústrias de bens de consumo duráveis, sobretudo eletrodomésticos e automóveis, objetivando multiplicar a quantidade destes e das fábricas de peças e componentes. Privilegiou também alguns setores como o de energia e transporte, bem como a construção de Brasília, a diversificação da economia nacional, havendo, além disso, a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), a fim de integrar a região ao mercado nacional (BRAICK, 2003).

No início dos anos 1960, o setor industrial já se tornava o cetro da economia brasileira. Contudo, a aliança de JK com o capital internacional trouxe problemas como o aumento da inflação e da dívida externa, desequilíbrio no balanço dos pagamentos causado pela queda das exportações agrícolas e pela remessa de lucros das empresas estrangeiras,

tendo que recorrer a empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Outro problema refere-se aos efeitos da mecanização agrícola, provocou desemprego e redução dos salários, agravando a pobreza no campo.

Assumindo o governo em 1961, Jânio Quadros herdou um país com alta inflação e crescente dívida externa vindo a renunciar no mesmo ano. O vice-presidente, João Goulart, objetivando contornar a situação de crise, adotou medidas como a desvalorização da moeda e a redução das importações. Lançou a idéia das reformas de base, que compreendiam educação, reforma agrária, habitação e sistema bancário, além de regulamentar um decreto de restrição de remessas de lucros pelas empresas internacionais. Tais medidas provocaram a reação das elites empresariais e militares e puseram em risco a hegemonia do capital norte-americano no país, levando os opositores a organizar um golpe contra o Estado, que pensavam nas reformas como uma ameaça da ideologia socialista (“perigo vermelho”). Assim, 1964 João Goulart é deposto e os militares assumem o poder, instalando uma ditadura que perdurou vinte anos.

Na ditadura militar, o Brasil apresentou uns notáveis crescimentos econômicos, apoiados no capital estatal, nos conglomerados transnacionais e no grande capital nacional, a chamada “tríplice aliança”. Houve o controle das linhas de crédito para o setor privado, a redução dos gastos públicos e arrocho salarial. O governo esteve aliado ao capital estrangeiro, anulando a Lei de Remessas de Lucro de João Goulart. As empresas estatais cresceram e criaram condições para a expansão do setor de bens duráveis (Magnoli, 2003). Implementou-se também uma forte repressão aos trabalhadores, através da criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o qual, extinguiu a estabilidade do emprego, aumentando a rotatividade dos trabalhadores e diminuindo os custos dos empresários.

Esse período de prosperidade ficou conhecido como “milagre brasileiro”, sustentado pelos baixos salários e pelos empréstimos internacionais (que permitiram a expansão industrial), além da repressão política. Mas, com a crise do petróleo, em 1973, que abalou a economia mundial, o “milagre” findou, a dívida externa aumentou, assim como a inflação. As dificuldades da balança de pagamentos levaram o governo de João Figueiredo (o último da ditadura), a recorrer ao FMI, cujas exigências agravaram ainda mais o quadro de recessão da economia brasileira.

O Brasil vivia a chamada “Década Perdida” (nome pelo qual se designou a década de 1980). Além da má situação da conjuntura econômica, o país apresentou problemas quanto ao desenvolvimento social. Paralelamente ao crescimento da indústria, no decorrer do “milagre brasileiro”, a concentração de renda e a miséria aumentaram. O Ministro Delfin Neto afirmava, no início da ditadura, que “o bolo precisa crescer antes de ser repartido” (COTRIM, 1999). Mas o bolo não foi repartido entre as camadas populares. As riquezas continuaram nas mãos de uma elite. Continuou-se o modelo conservador e excludente característico de toda a história brasileira.

Foi também na década de 1980 que houve o esgotamento do modelo de substituição de importações. O endividamento externo atingia seu limite, os juros cada vez mais elevados, a alta inflação, a recessão. Emergia, então, um novo modelo que acompanhava a tendência de globalização da economia mundial. A industrialização protegida dava lugar a projetos de integração das economias nacionais na nova conjuntura global, os quais, no Brasil, tiveram início com o governo de Fernando Collor de Mello – 1990/92-(MAGNOLI, 2003).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, esse processo se intensificou e o modelo de abertura econômica se consolidou, baseado na liberação comercial e na atração de investimentos internacionais diretos. Para tanto, foi criado o Programa Nacional de Desestatização (PND), a partir do qual foram privatizadas siderúrgicas estatais (CSN, CVRD, entre outras), o setor de telecomunicações e as empresas de energia. Acompanhando o programa, surgiram as agências reguladoras (como, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e a Agência Nacional do Petróleo – ANP), funcionando como instrumentos do Estado para garantir a concorrência entre as empresas no país. Era o neoliberalismo se instalando no país.

Além disso, adotou-se o Plano Real, a fim de atrair investimentos e estabilizar a economia, havendo a redução do protecionismo comercial, para que as importações aumentassem, assim como a concorrência entre as multinacionais, que investiam diretamente na indústria e nos serviços. Essas medidas resultaram no avanço da modernização econômica, com a introdução de novas tecnologias que aumentaram a produtividade.

Por outro lado, o modelo adotado ampliou as desigualdades regionais no Brasil, uma vez que a renda continuou concentrada no Centro-Sul, mesmo com o processo de desconcentração espacial da indústria. Esta se estendeu de forma significativa apenas para a região sul do país, havendo o que se pode chamar de “desconcentração na concentração” (MAGNOLI, 2003).

A formação dos centros urbanos, desde a década de 1950, provocou um intenso êxodo rural, o qual também resultou da crescente mecanização agrícola. O “agrobusiness”, com seu capital, suas tecnologias e alta produtividade, transformam a modernização em sinônimo de pobreza, tanto nas áreas rurais como nas cidades, para onde migraram milhares de indivíduos. Nestas, pode-se presenciar a riqueza dos bairros de luxo envolvida pela miséria das grandes favelas, decorrente de uma urbanização acelerada e desintegrada, não acompanhada da implantação de infra-estrutura e da geração de emprego. Ocorreu, o então, o “inchaço”, e suas conseqüências ambientais (esgoto, lixo, poluição) e relativas à segurança, nas grandes cidades, marcadas pela fome, pela miséria, pela marginalização, por diversos problemas sócio-ambientais que têm se agravado ao longo dos anos.

Em seus mais de quinhentos anos de história, o Brasil enfrenta os efeitos de uma política que, seja como Colônia, Império, República, quer democrática ou ditatorial, prima pela desigualdade estrutural na distribuição da riqueza, pela exclusão social, pela destruição de nossos recursos naturais, pela submissão ao capital externo. As riquezas que produzimos e possuímos são entregues às poderosas empresas transnacionais. Trabalhamos não para o nosso país, mas para as grandes potências. São cinco séculos de dependência.

## Capítulo II

### A questão ambiental no Brasil

#### 2.1) A degradação ambiental no Brasil

A destruição do ambiente natural no território brasileiro não é algo recente. Há quem afirme (DEAN, 2000) que ela começou antes mesmo da chegada dos colonizadores europeus, por meio de práticas indígenas relativas à caça, à pesca e à agricultura. Tendo ou não sido estas as responsáveis pelo início do processo destrutivo da fauna e flora no Brasil, não se pode deixar de enfatizá-lo no período que sucedeu ao descobrimento deste, seguindo os chamados ciclos econômicos, e sobretudo a partir do momento em que o mundo começou a caminhar rumo ao desenvolvimento industrial.

Desde a sua origem, a relação dos portugueses que aqui se estabeleceram com as áreas florestais e seus recursos foi predatória, tendo como alvo primeiro a Mata Atlântica. Este bioma, que se estendia, em 1500, por toda costa brasileira, indo do litoral do atual estado do Rio Grande do Norte até o Sul do país, possui hoje cerca de apenas 7% de sua mata original<sup>1</sup>.

A devastação da Mata Atlântica teve início com a exploração de pau-brasil, de cujo tronco extraía-se um corante vermelho para tingir tecidos e fabricar tintas para escrever e cuja madeira podia ser utilizada na construção de móveis e navios. Tal atividade era realizada através do trabalho indígena (assegurado por meio do escambo) e mediante concessão de monopólios da Coroa a contratantes particulares, os quais, por mais de três séculos (tal monopólio findou em 1859), exerceram a prática extrativista de forma indiscriminada, juntamente aos praticantes do contrabando, sem que sequer o processamento da madeira para a retirada do corante tivesse sido desenvolvido na colônia, agregando algum valor ao produto ou gerando postos de trabalho.

A exploração predatória, todavia, não se limitou ao pau-brasil. Outras espécies vegetais adquiriam alto valor para diversos fins (construção naval, edificações, móveis), como jacarandá, canjarana, pequi, peroba. Além disso, existiu significativo comércio exportador de couro, peles, penas e plumas de muitos animais que habitavam a região.

---

<sup>1</sup> *Idem.*

A esta situação somou-se o sistema de doação de sesmarias (lotes de terra não cultivados), acarretando uma combinação bastante destrutiva para a Mata Atlântica. A partir desse sistema, passou a vigorar na colônia uma política econômica baseada no latifúndio, na mão-de-obra escrava, na cultura de produtos tropicais e na exploração de metais e pedras preciosas.

Primeiramente, predominou a chamada “agroindústria do açúcar”, organizada sob regime de *plantations* (grandes propriedades rurais monocultoras), principalmente na região Nordeste. Atribuiu-se a este modelo de produção a responsabilidade pelo desmatamento de uma vasta área de cobertura florestal, bem como pelo esgotamento do solo, tido com recurso descartável, que verificada sua infertilidade era imediatamente substituído por outro ainda não utilizado. Ao mesmo tempo em que causava danos a Mata Atlântica a atividade açucareira proporcionava altos lucros para a Coroa portuguesa até a segunda metade do Século XVII, quando entra em crise.

A decadência do comércio do açúcar no mercado europeu estimulou Portugal, através de expedições conhecidas como entradas e bandeiras, em buscar metais preciosos. Tendo sido descoberto ouro e pedras preciosas no interior do país, inaugurou-se um novo ciclo econômico brasileiro, fundamentado na atividade mineradora. Esta permitiu, com a contribuição da União Ibérica (1580-1640), a ampliação do território para além dos limites determinados pelo Tratado de Tordesilhas (1494), favorecendo também o desenvolvimento de núcleos urbanos e a diversificação das atividades econômicas. O desenvolvimento dessa atividade contribuiu para o desmatamento, através da derrubada das matas ou pelas queimadas, o que compromete os recursos hídricos. A extração não controlada de metais preciosos levou à escassez dos mesmos, sendo esta um dos principais fatores do declínio das práticas mineradoras no final do Século XVIII e início do XIX, momento em que a agricultura exportadora voltou a ocupar posição de destaque na economia colonial, sobretudo com a cultura cafeeira.

A introdução do café significou uma ameaça ainda mais intensa para a Mata Atlântica, sendo cultivado e comercializado nas mesmas condições aplicadas ao cultivo de cana-de-açúcar e instalando-se nas grandes fazendas (sesmarias). Segundo Warren Dean (2000), acreditava-se que o café tinha de ser plantado em solo coberto por floresta “virgem”. E era aí que estava o problema. Plantações antigas eram abandonadas e outras

áreas eram então “limpas” para se continuar a produção, que seguia expandindo e devastando outras localidades. Estimava-se que no período em que ocorreu a abolição da escravidão, “as terras consideradas adequadas ao cultivo de café estavam quase exauridas no Rio de Janeiro”, no Vale do Paraíba (p.203).

Ao final do Século XIX, assistiu-se à implantação de uma rede ferroviária que permitiu a expansão da lavoura cafeeira, a qual encontraria nas terras do oeste paulista as condições adequadas à sua produção. As derrubadas e queimadas para a instalação de cafezais permaneceram consumindo grandes áreas florestais. Os rios próximos às mesmas, “outrora límpidos e estáveis o ano todo, agora carregavam a água lamacenta; em seus estuários formavam-se bancos de areia que impossibilitavam até a navegação” (DEAN, 2000, p.236). Além disso, inúmeras espécies animais já se encontravam ameaçadas de extinção e se observava a poluição do ar causada pelas queimadas.

A esses aspectos se associavam o crescimento demográfico, a urbanização e industrialização, proporcionadas pelo comércio do café e que aumentaram a pressão sobre recursos da Mata Atlântica, que prosseguiu sendo reduzida no decorrer dos anos republicanos, chegando a um estágio quase que terminal.

Outra área de extrema importância ao tratar-se da questão ambiental no Brasil é a Amazônia. Esta área começou a ser ocupada a partir da exploração das chamadas “drogas do sertão”, no Século XVII. Mas foi no Século XX que a atuação sobre seus recursos ocorreu (e continua ocorrendo) de forma mais intensa, cujos aspectos serão abordados ainda neste capítulo.

É claro que a destruição no Brasil não se restringe apenas a Mata Atlântica e a Amazônia. São inúmeras, atualmente, as áreas rurais e urbanas que apresentam situação crítica com relação ao seu meio ambiente. O uso inadequado do solo, o emprego de agrotóxicos e a poluição da água e do ar, bem como com a concentração de terra, vêm agravando o problema ambiental. Nas cidades, os principais problemas estão relacionados ao acúmulo e não tratamento do lixo e esgoto, à contaminação da água e do ar, à poluição sonora e visual e a fenômenos como a chamada ilha de calor.

Não se pretende aqui, contudo, destrinchar cada um desses aspectos ou enumerar os diversos casos de degradação ambiental. O objetivo está em perceber o valor atribuído aos ricos ecossistemas nacionais pelas grandes potências mundiais, cuja cobiça por nossos

recursos provém do início da colonização e se intensifica no período contemporâneo, em função das “necessidades” determinadas pelo sistema capitalista vigente. Além disso, é importante notar a participação do Estado brasileiro nesse processo destrutivo, uma vez que se mostrou indiferente e mesmo conivente com as práticas predatórias.

Assim, a degradação ambiental no Brasil é um tema que não pode (e não deve) ser abordado isoladamente, haja vista sua estreita relação com aspectos políticos, econômicos, sociais e mesmo culturais que existentes no país ao longo dos tempos. Nossas riquezas, a que sempre se atribuiu o valor de mercadorias infinitas, mostram atualmente que podem esgotar-se, a tal ponto que crescem os debates e discussões acerca de sua preservação em âmbito nacional e mesmo internacional, sem que, no entanto, haja ações efetivas, uma vez que ainda predomina o interesse daqueles que detêm o poder mundial.

## **2.2) Evidências da destruição: o caso do Estado do Amazonas**

O Estado do Amazonas, o maior do Brasil, está localizado na Região Norte do país, tendo a cidade de Manaus como capital. Ocupa uma área em que predomina o clima tropical quente e úmido, marcado por alta pluviosidade, e onde o relevo se caracteriza pela existência de depressões, planícies e baixos planaltos, verificando-se a presença do ponto mais alto do território nacional, o Pico da Neblina (3.014 metros)<sup>2</sup>. Comporta a mais extensa bacia hidrográfica do mundo apresenta uma vegetação densa e heterogênea, abrangendo a maior porção da mais rica reserva de fauna e flora planeta: a Amazônia.

A Amazônia, por sua grandiosidade e biodiversidade, tem sido marcada por acirradas disputas pelas riquezas existentes. No início do Século XX, no auge do ciclo da borracha, foram demarcadas as fronteiras de tal região, que se apresentava ainda pouco povoada. Passada essa fase, essa área voltou a atrair a atenção de grupos econômicos nacionais e internacionais no decorrer do pós-guerra, sobretudo durante a ditadura militar.

Estando o Brasil inserido na nova divisão internacional do trabalho, a Amazônia se constituiu como um espaço estratégico no âmbito da abertura do país aos investimentos externos. Suas terras, ao longo desse processo, foram sendo apropriadas, principalmente,

---

<sup>2</sup> Fontes: IBGE/ República federativa do Brasil.

pelas indústrias multinacionais que começavam a se instalar no país. Estas receberam apoio dos próprios governos militares, através dos incentivos e financiamentos da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) a diversos projetos agropecuários e extrativistas (OLIVEIRA, 1987).

A devastação florestal se dava num ritmo acelerado, com a expropriação dos recursos, dos solos, das nações indígenas e com a construção de grandes rodovias, como a Belém-Brasília e a Transamazônica. Tais problemas perduram até hoje e estão estreitamente relacionados com o projeto de “mundialização”<sup>3</sup> dessa rica região, através de programas desenvolvimentistas que a exploram indiscriminadamente para atender aos interesses das empresas estrangeiras. Estas representam geralmente as mais poluidoras ou que carecem de mão-de-obra de baixo nível daquelas transferidas dos países desenvolvidos para certas localidades do Sul, oferecendo condições precárias de trabalho e sendo favorecidas pelas baixas despesas quanto ao pagamento de salários e à medida de controle ambiental, haja vista a fragilidade da legislação referente a tal questão (VESENTINI, 2001).

Segundo Becker (1992), a integração da Amazônia às relações internacionais capitalistas foi promovida à prioridade máxima por razões de acumulação e legitimação. O modelo adotado para o ingresso brasileiro na modernidade, apoiado na apropriação extensiva, acelerada e excludente da terra e do trabalho, ampliou as desigualdades sociais e regionais, estando, pois, a questão social intrinsecamente ligada à ambiental.

São diversas as atividades econômicas realizadas na região e são muitos os impactos que as mesmas causam ao ecossistema local. As indústrias de mineração (de ferro, manganês, cassiterita, cobre, bauxita, dentre outros), os grandes projetos agropecuários (como o Jarí), as usinas hidroelétricas, a caça e a pesca predatórias, as grandes empresas em geral e a ocupação desordenada e vertiginosa representam alguns dos principais agentes responsáveis pelos problemas ambientais existentes nessa área, tais como assoreamento, erosão e poluição de cursos d’água; degradação da paisagem e da vida aquática;

---

<sup>3</sup> Segundo João Furtado (1999), “mundialização” consiste na expansão sem precedentes do sistema capitalista, numa escala ampliada, segundo modalidades e características próprias e representa uma crescente homogeneidade das estruturas e das relações da modernidade, tendo como uma forma de incorporação de novos elementos destas a transferência patrimonial. É nesse contexto que surgiu a idéia internacionalização da Amazônia, considerada patrimônio global e que, por isso, sofre intensa interferência de grupos internacionais, que julgam o governo brasileiro como incapaz de desenvolver a região de modo a não destruir seus diversos recursos.

contaminação por mercúrio ou por agrotóxicos; esterilização de grandes áreas; queimadas; destruição da fauna e da flora, além de reservas extrativistas; poluição do ar; geração de resíduos tóxicos; propagação de doenças endêmicas; inundações de áreas florestais, agrícolas, vilas; impactos culturais, sociais e econômicos para a população.

As práticas que envolvem petróleo e gás natural também têm se constituído numa ameaça ao meio ambiente. As primeiras descobertas de petróleo na Amazônia ocorreram em 1954, pela Petrobrás, que iniciou efetivamente o processo de extração em 1996, na província de Urucu, no estado do Amazonas. Diz-se hoje que este apresenta a segunda maior reserva brasileira de gás natural do país e que a região Amazônica é auto-suficiente em petróleo<sup>4</sup>. No entanto, essa extração tem ocasionado impactos como desmatamento e contaminação do solo e do lençol freático por resíduos químicos, além de ser empregada em terras que, na maioria das vezes, eram ocupadas por indígenas, então expulsos das mesmas.

Em outubro deste ano (2005), verificou-se a ocorrência de uma estiagem há muito não presenciada no Amazonas e em outros estados do Brasil setentrional, justamente a região que abriga o rio que contém o maior volume de água do mundo, o que significa um importante indicador do agravamento dos problemas ambientais relacionados à quantidade e à qualidade da água disponível nos continentes. No Brasil, os desmatamentos respondem por 75% das emissões de gás carbônico, e é bem provável que respondam, também e em boa medida, pela seca histórica que assola o maior estado brasileiro.

A seca que atinge a região tem provocado a mortandade de peixes (como o peixe-boi, já ameaçado de extinção) e deixado populações isoladas, sem ter como se locomover e o que comer. O pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Carlos Nobre, atribui a estiagem ao aquecimento do Oceano Atlântico, à redução da transpiração das árvores e à fumaça produzida pelas queimadas.

*A principal razão é o aquecimento do Oceano Tropical Norte, que está mais quente que a média em até dois graus. Essa água induz muitas chuvas na região e também um movimento ascendente – comum em locais com muita chuva. E tudo o que sobe tem que descer. Esse ar, que desce sobre a Amazônia, dificulta*

---

<sup>4</sup>Fonte: SBPC/ Labjor-Brasi, 2002.

*a formação de chuvas. Isso explica a grande extensão, severidade e duração desta seca bastante atípica*<sup>5</sup>.

Pesquisas indicam que o fenômeno está relacionado à questão do aquecimento global, assim como estão as enchentes que têm ocorrido com frequência ao redor do mundo, na China recentemente; furacões como o *Katrina*, que devastou a região de Nova Orleans (EUA) em agosto passado, e o *Wilma*, na região do Golfo do México. As previsões futuras apontam para a possível “desertificação” da maior floresta tropical do mundo, num processo de perda de biodiversidade causada por alguns graus centígrados a mais no termômetro planetário e pela perda de umidade.

Essa situação reforça, pois, um quadro que vem se construindo, não só no Brasil, mas em todo mundo, ao longo dos tempos e que evidencia a necessidade de mudanças dos padrões atuais de desenvolvimento adotados pelas nações. Estes, como se sabe, têm se mostrado ambientalmente insustentáveis, uma vez que se baseiam na exploração não controlada dos recursos naturais existentes a fim de atender aos interesses dos grupos dominantes, na maior parte estrangeiros. Assim, assiste-se à deterioração da mais importante reserva biológica do planeta e suas conseqüências para a população local, enquanto tais grupos permanecem obtendo os benefícios (os lucros) provenientes das práticas predatórias executadas na região.

### **2.3) A crítica ambiental no Brasil e a política internacional**

É comum pensar que a existência de uma reflexão sobre a questão ambiental no Brasil se trata de um fenômeno atual, originado a partir das discussões realizadas na Europa e nos Estados Unidos acerca do tema. No entanto, já no Século XIX, e mesmo no final do século do XVIII, existiram estudiosos que se empenharam na crítica à forma como vinham sendo utilizados os recursos naturais brasileiros.

De acordo com Pádua (2002), o início desse “processo” crítico se deu com o retorno de estudantes que haviam feito seus cursos superiores na Europa, nos Séculos XVIII e XIX,

---

<sup>5</sup> Fonte: Copyright 2000-05, Rota Brasil Oeste.

e que trouxeram consigo os ensinamentos adquiridos, sobretudo, na Universidade de Coimbra, tendo como principal influência a teoria do naturalista italiano Domenico Vandelli. Este, baseando na chamada concepção de “economia da natureza”, em que os elementos da natureza seriam interdependentes (daí o papel essencial de cada um deles para o “equilíbrio” desta), voltava sua atenção aos problemas ambientais em Portugal e suas colônias, especialmente o Brasil, cujas riquezas, muitas ainda desconhecidas, estavam sendo destruídas pelo domínio de técnicas predatórias.

Um dos pioneiros da emergência do pensamento ambiental no território brasileiro foi Alexandre Rodrigues Ferreira, que, já nas últimas décadas do Século XVIII, percorrendo áreas da Região Amazônica, denunciava a derrubada excessiva de “árvores úteis” e as queimadas, bem como a caça predatória. Tais práticas divergiam, segundo ele, da legislação conservacionista em expansão pela Europa, sendo, pois, necessário que o Estado se utilizasse da chamada “ polícia das matas”. Desse modo, evitar-se-iam o desperdício e a destruição de recursos fundamentais à economia da colônia.

Assim como Ferreira, Manuel Arruda da Câmara, estudante que regressou da França, defendia em suas obras o aperfeiçoamento das técnicas empregadas na agricultura e também na pesca, a partir do qual o potencial geográfico e biológico do país poderia ser aproveitado racionalmente. Arruda pregava ainda a implantação de jardins botânicos em diferentes localidades, sendo um dos primeiros a atentar para os riscos de extinção para determinadas espécies.

Outro intelectual de destaque foi Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. Tendo adquirido experiência como proprietário de terras, denunciava a agricultura “banal predatória” realizada pela população baiana e propunha a diversidade das atividades econômicas (dada a fertilidade daquela região), as quais deveriam ser implementadas de modo que seu potencial destrutivo fosse reduzido. Além disso, criticava “o desperdício das queimadas e o ineficiente sistema de corte das madeiras, baseado no monopólio da exploração da Coroa” (PÁDUA, 2002, p.95), fazendo com que a maior parcela de madeira consumida internamente fosse importada. Bem como os demais autores, afirmava ser dever do Estado a fiscalizar as atividades realizadas e coibir as práticas predatórias.

O mais notável dos estudiosos que trabalharam a temática ambiental foi José Bonifácio, o qual atuou no país no Século XIX. Suas obras surpreendiam pela radicalidade

para a época, tendo sido influenciado por Vandelli e baseando-se na “economia da natureza”, no progresso econômico como meio civilizatório, na utilização racional das técnicas produtivas, com aplicação do conhecimento científico, e na contestação das práticas destrutivas dos recursos naturais.

Acreditava que, no Brasil, o problema não estava no excesso de exploração, mas na qualidade da mesma. A ineficiência dos métodos empregados estaria destruindo os recursos antes mesmo que fossem aproveitados, como era o caso da pesca de baleias. Além disso, a partir de uma perspectiva histórica, atentava para as consequências da degradação das florestas e do solo, com base em experiências já ocorridas em outros continentes e mesmo em Portugal. Apresentou também certa visão crítica do crescimento econômico e atribuiu uma importância social às riquezas existentes, apontando para “a necessidade de fazer progredir o Brasil para o bem do Império Lusitano” (PÁDUA, 2002, p.141).

Destaca-se em Bonifácio a realização de reformas amplas, como o término da escravidão. Os escravos deveriam ser emancipados e incorporados à sociedade (bem como os índios deveriam ser reconhecidos), a fim de que esta fosse homogênea e integrada. Aliado a isso, Bonifácio pregava a adoção de uma política de proteção ambiental em benefício do progresso futuro, de forma superar o modelo agrícola característico do sistema colonial (latifúndio, monocultura e mão-de-obra escrava), por meio de reforma agrária e da difusão de uma metodologia de produção moderna e ambientalmente equilibrada.

Há de se ressaltar que Bonifácio e também os demais autores da época apresentavam em seus textos um caráter essencialmente político, ou, segundo Pádua (2002), antropocêntrico e utilitarista. Esta visão permaneceu no decorrer do Século XIX com figuras como o próprio José Bonifácio, Manoel de Araújo Porto Alegre, Antonio Muniz de Souza, Miguel Calmon, Carlos Taunay, Francisco Werneck (barão do café), dentre outros, que denunciaram a exploração predatória dos biomas brasileiros, adotando um enfoque predominantemente progressista, o que, contudo, não reduz a importância de suas obras para a época e mesmo para a atualidade.

Na sociedade contemporânea existe uma visão próxima desta que foi apresentada. Atribui-se aos padrões insustentáveis de produção e consumo a crise ambiental de hoje, a qual tem se tornado, desde a segunda metade do Século XX, alvo de debates em âmbito internacional.

No decorrer da década de 1960, diversos problemas ambientais, como a intensa poluição das águas e do ar e a ocorrência de chuva ácida em alguns países, motivaram a formação de grupos e associações, a fim de se discutir a respeito da “negligência em relação aos mecanismos da biosfera e aos limites biológicos humanos” (FRANCO, 2002, p. 212), que vinha se constituindo numa tendência tanto do modelo capitalista quanto ao socialista.

Em 1968, foi realizado o chamado Clube de Roma, no qual se apontaram duas causas para a degradação ambiental: a ganância e busca incessante pelo crescimento econômico, e o crescimento populacional, os quais estariam exercendo uma crescente pressão sobre os recursos naturais. Desse encontro, resultou o Relatório Meadows (1970), que propôs um gerenciamento global em termos demográficos e econômicos, com crescimento zero, e atribuía ao avanço tecnológico o papel de preservar o meio ambiente e melhorar a saúde humana (STOTZ, 1992).

Foi, no entanto, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), realizada em Estocolmo, que a questão ambiental foi transformada num tema de relevância internacional, ganhando espaço na imprensa. Reuniram-se tanto países desenvolvidos, quanto em desenvolvimento, com exceção da União Soviética e seus aliados, uma vez que se vivia o auge da Guerra Fria. Foram definidas leis internacionais em aplicação prática (“softlaw”), contidas na Declaração de Estocolmo, e instituiu-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que deveria incentivar parcerias na proteção ambiental e informar a população acerca de tal problemática. Além disso, se estabeleceu o dia 05 de junho como o Dia Mundial do Meio Ambiente, criado pela Assembléia Geral da ONU e que marcou abertura da Conferência.

Esta data deu origem à Semana do Meio Ambiente, comemorada nos primeiros dias do referido mês, em que se aproveita, em todo o mundo, para chamar a atenção política para os problemas e para a necessidade urgente de ações. Costuma-se lembrá-la através de denúncias de diversos atentados contra a natureza e com alertas de perigos iminentes para a vida na Terra. Em geral, são informações sobre catástrofes climáticas, agravadas pelo aquecimento global, extinções de espécies de animais e plantas, escassez de água doce, poluição atmosférica e devastação de florestas, entre outras previsões aterradoras para o futuro da humanidade.

Vinte anos após esse evento, foi sediada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), que contou com a participação de um número sem precedentes de representantes de Estado, da sociedade civil e do setor econômico. Ela retomou alguns princípios de Estocolmo, enfatizando o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual propõe a utilização racional dos recursos naturais, de forma que as gerações futuras também possam usufruir destes, opondo-se, pois, ao mero crescimento econômico. Dentre outras conseqüências, a Rio-92 resultou na criação da Agência 21, um instrumento importante e influente no campo do meio ambiente que estabelece uma base sólida para a promoção do desenvolvimento em termos de progresso social, econômico e ambiental, sendo referência para a adoção de políticas ambientais em várias regiões do mundo.(MAGNOLI, 2002)

Há de se ressaltar que a Eco-92 ocorreu num contexto em que crescia os índices de poluição, de degradação do solo, de destruição de espécies animais e vegetais, bem como se intensificavam as discussões acerca do aquecimento global. Os efeitos desses processos são, porém, desiguais. Consta que as nações avançadas são as maiores responsáveis pelos riscos ambientais, “cujos efeitos ultrapassam fronteiras e perduram, de modo não controlável, por gerações“ (SOTZ, et all, 1992, p.33). No entanto, tais países acusam o dito Terceiro Mundo pela devastação e poluição de seu próprio ambiente, omitindo o fato de que, são empresas transnacionais, dos mesmos, que tem transferido, devido às fracas restrições e os baixos custos, indústrias e tecnologias poluidoras (“sujas”) para as regiões de economia não avançada, especialmente para a América Latina (que vem assumindo a função de “lixreira industrial”).

No Brasil, como já foi mencionado neste trabalho, esse processo se intensificou nas décadas de 1970 e 1980, sendo responsáveis por inúmeros casos desastrosos para o meio ambiente, os quais, cabe observar, afetam principalmente as populações de baixa renda. Atualmente, existe no país uma legislação referente à questão ambiental, mas ela não é cumprida com rigor. Houve, não há como negar, um crescimento da consciência populacional voltada para esse tema, através de associações e movimentos sociais. Todavia, muitas vezes, estes tendem a caminhar para uma política de “no meu quintal não”, o que torna evidente a predominância de um pensamento ambiental, que não abrange o país,

como um todo e que visa a interesses particulares de dados grupos ou localidades (SOTZ, 1992).

Desse modo, a melhoria das condições ambientais depende de uma efetiva atuação coletiva que venha trazer benefícios para a sociedade como um todo. Além disso, faz-se de extrema importância que as ações não mantenham a histórica prioridade dada aos interesses externos e que estejam vinculadas não apenas a questões políticas, mas principalmente às sociais. A existência de uma maior conscientização da população em torno do tema, muitas vezes, não implica mudanças no campo prático, e, assim, a situação degradante do meio ambiente, não só no Brasil como em muitos países, vem se agravando, sem que, na maioria dos casos, sejam realizadas as transformações necessárias para revertê-la. Estas envolvem um ajuste em toda a estrutura construída no país, ao longo de seus mais de quinhentos anos, e é aí que está o problema: dissolver as bases assentadas na desigualdade e exclusão social e o poder das elites brasileiras, aliadas às potências internacionais.

## Capítulo III:

### O desenvolvimento da mídia escrita no Brasil

#### 3.1) A Imprensa brasileira (histórico)

Na sociedade contemporânea, à medida que se assiste à incorporação de tecnologias mais modernas e sofisticadas, a distância entre os diversos países é reduzida, através, principalmente, do espaço ocupado pelos meios de comunicação no cenário do mundo globalizado. Tendo estes assumido um papel característico do modelo capitalista vigente, de modo a seguir suas tendências ao longo dos tempos, será abordada aqui a forma apresentada pela imprensa brasileira, no decorrer do desenvolvimento de tal sistema no país.

A criação da imprensa é atribuída ao alemão Johannes Gutenberg, que, no Século XV, desenvolveu o processo gráfico conhecido por prensa móvel, utilizando-se de caracteres avulsos gravados em blocos de madeira ou chumbo, os quais eram “rearrumados” numa tábua para formar palavras e frases do texto. Cabe ressaltar que ela surgiu num momento em que pairava sobre a Europa o desejo pela renovação. A civilização medieval, marcada pelas instituições feudais, chegava ao fim; novas técnicas eram desenvolvidas, como a bússola; e novas terras seriam descobertas.

Como se sabe, em 1500 os portugueses chegaram ao Brasil, impondo suas tradições, sua cultura. Durante o período colonial, havia o chamado bloqueio cultural (BAHIA, 1990) imposto por Portugal. A entrada de livros era proibida no Brasil. Muitos deles na colônia chegavam clandestinamente e eram utilizadas nas maçonarias<sup>6</sup>. Nos Séculos XVII e XVIII, o “jornalismo” brasileiro encontrou seus meios de expressão na sátira poética, nos panfletos, nas cartas, nas canções, nas gazetas manuscritas, os quais expunham os conflitos entre colonizadores e colonizados. Destacaram-se, nesse contexto, figuras como o padre Antônio Vieira e o poeta Gregório de Matos, cujas obras foram proibidas no país, assim como a tipografia e a imprensa.

Com a chegada da família real portuguesa surgiu, finalmente, a imprensa na colônia, com a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808. Segundo Nelson Werneck Sodré

---

<sup>6</sup> Eram lugares onde se reuniam secretamente indivíduos adeptos das idéias liberais, proibidas pela Metrópole.

(1999), a *Gazeta*, “*não tinha outra finalidade senão agradar à Coroa de que tão estreitamente dependia*” (p.20), apresentando informações sobre os princípios da Europa e mostrando o Brasil como lugar onde de nada pudesse se queixar. Estando o absolutismo desprestigiado, tornava-se necessário difundir seus preceitos, suas virtudes e combater as idéias que lhes eram contrárias. Entrava em cena, então, a chamada imprensa áulica, que foi representada pela própria *Gazeta* e pela *Idade de Ouro do Brasil* (na Bahia), dentre outros.

No mesmo ano (1808), nasceu o *Correio Brasiliense*, fundado, dirigido e redigido em Londres por Hipólito Costa. Este, por meio de tal jornal, defendia idéias liberais, dentre as quais as de emancipação colonial, conferindo ampla cobertura à Revolução Pernambucana de 1817 e aos acontecimentos que conduziram à Independência. Porém, quando esta foi alcançada, Hipólito encerrou a publicação do *Correio*, uma vez que seu papel perdera a importância e não fazia mais sentido editar um jornal no exterior com o país independente.

O processo de Independência do Brasil contou com ampla participação da imprensa, cujos aspectos derivavam das condições políticas em que aquele ocorreu. Desde o declínio da mineração, forças políticas internas possuíam em comum o desejo pela ruptura do regime de monopólio, característico do colonialismo. Desse modo, a classe dominante, sempre temerosa à liberdade de imprensa, passou a apoiá-la. Quando D. João VI, no entanto, estabeleceu uma série de restrições aos periódicos existentes, favorecendo as elites, estas se separaram das camadas que haviam se aliado.

Com a Revolução do Porto (1820) e o retorno da Corte a Portugal, aparecia a ameaça da “recolonização”, fazendo com que a classe dominante buscasse mobilizar as demais. Para tanto, utilizou-se da imprensa, que viveu nesse momento sua fase autêntica, caracterizando os conflitos políticos e assinalando tendências. No ano da Independência, surgiram diversos periódicos no território. Além disso,

Vindos do ano anterior, continuavam a circular, na Corte, o Diário do Rio de Janeiro, na sua missão política; O Revérbero Constitucional, em que destacado papel; o Espelho, mantendo a orientação que o motivara; A Malagueta, que atingiria agora o auge de seu prestígio; e a Gazeta do Rio de Janeiro, como folha oficial, entre outros (SODRÉ, 1999, p.64).

Após o “Sete de Setembro”, iniciou-se a discussão acerca da estruturação do novo Estado por parte dos grupos da “esquerda e da direita”, que então desfazem a “união” estabelecida quando o país se encaminhava para a emancipação. O primeiro Reinado assinalou o predomínio da direita, determinando a censura e o encerramento de vários jornais da época. Ao mesmo tempo, surgiram outros importantes, como o *Diário Pernambucano* (1823), o *Jornal do Comércio* (1827), o *Observatório Constitucional* (1829) e a *Aurora Fluminense* (1827).

O final da década de 1820 foi marcado pelas publicações conhecidas como *pasquins*, num momento em que se teria um novo impulso da esquerda, reiniciando os confrontos políticos no país. As forças políticas se dividiram em conservadores, liberais de direita e esquerda liberal. E a imprensa acompanhou tal cisão, retratando de perto os fatos que culminariam com a renúncia de D. Pedro I, em abril de 1831.

Os pasquins se caracterizaram pela utilização de epígrafes, que indicavam a orientação do jornal; por possuir um único autor e tratar de um único assunto; pela ampla participação no cenário político; pelo anonimato dos autores (que usavam pseudônimos). Além disso, não possuíam periodicidade certa, eram efêmeros, circunstanciais, apresentando um fim imediato, e marcados pela violência de linguagem (SODRÉ, 1999). Tiveram seu auge no período Regencial, quando se proliferaram, como consequência das acirradas lutas políticas, e influíram profundamente os acontecimentos.

Esse avanço, contudo, causava preocupação às classes que detinham o poder, determinando a união entre conservados e liberais de direita, de forma a isolar a esquerda. Emergia a tendência regressista que se consolidaria após o golpe da Maioridade de 1840. Na primeira década que se seguiu a este, o liberalismo ainda reagiu, mas foi reprimido, verificando-se o declínio do jornalismo político.

*Para esses tempos, para essa gente, para a estrutura nova que pouco a pouco se firma e se consolida, a imprensa deve estar em suas mãos, deve servi-la, deve contribuir para a consolidação da estrutura escravista e feudal que repousa no latifúndio e não admite resistência” (SODRÉ, 1999, p.182).*

Os periódicos se tornaram literários, sem objetividade, feitos pelos ditos “homens de letras”, os quais também construíram peças teatrais, que antes de apresentadas passavam

pela censura, tendo como destaques as figuras de Machado de Assis e José de Alencar, dentre outros.

A década de 1850 representou um momento em que as disputas políticas se amenizaram, com a criação do Ministério da Conciliação (1853), que reuniu liberais e conservadores e consolidou a exclusão dos setores urbanos. A imprensa refletiu essa estagnação. A partir do decênio seguinte, o país passa por transformações importantes, uma vez que a cultura do café se expandia, e com ela a classe média e burguesa, o que permitiu a ampliação das atividades ligadas à imprensa, ou seja, o livro e os jornais.

No âmbito dessas mudanças, surgiram questões que desencadearam intensas discussões no Império: o abolicionismo e o federalismo, tendências reforçadas com a Guerra do Paraguai (1864-1870). A partir do término deste, segundo Bahia (1990), as elites brasileiras começaram a repensar a nação e articular instituições que resultariam no 15 de novembro de 1889, havendo, então, novamente, a união entre conservadores e liberais.

Ainda de acordo com tal autor, “*jornais cariocas e paulistas desde os últimos anos do século XIX e início do século XX são portadores das mudanças*” (1990, p.113), com influentes nomes, como Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Antonio Silva Jardim, Joaquim Nabuco e importantes jornais como *Gazeta da Tarde* (1180-1901) e *O País* (1884-1930), no Rio, *A Platéia* (São Paulo), *O Diário de Pernambuco* (Recife) e *Diário de Notícias* (Bahia).

É também durante o final do Século XIX que a imprensa artesanal dava lugar à industrial, aproximando-se dos padrões e características da sociedade burguesa em ascensão. Proclamada a República, o desenvolvimento da imprensa se manteve: “*os grandes jornais continuam os mesmos, com mais prestígio e força, os republicanos, com mais combatividade os monarquistas*” (SODRÉ, 1999, p.251), tendo o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias* como os maiores do Brasil e surgindo em 1891, o *Jornal do Brasil*.

Os governos republicanos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto fecharam diversos jornais em todo o país, a começar pela *Tribuna Federal* (1888-1889), do Rio de Janeiro. Com Campos Sales, a República se consolidava, assim como a imprensa, que agora assumia a forma de empresa (reduzindo o número de jornais), aspectos este inerente ao avanço das relações capitalistas no Brasil. A ocorrência deste assinalou também o

desaparecimento da literatura na imprensa, bem como o declínio do folhetim, do artigo político, da doutrinação, substituídos pelo colunismo (e pela reportagem), pela entrevista, pelo predomínio da informação e pela abordagem de temas secundários. Cabe ressaltar, no entanto, que a corrupção e a compra da opinião da imprensa foram aspectos marcantes do período, os quais foram sendo rompidos pelo *Correio da Manhã* (1901), de Edmundo Bittencourt, jornal que passou a levantar os interesses da pequena burguesia.

Além disso, as revistas originárias da época em que literatura e imprensa se confundiam, começaram a se proliferar, sobretudo as ilustradas, verificando-se o início da fase da fotografia (abordar-se-á acerca das revistas ainda neste capítulo).

Desempenharam também notável papel as chamadas imprensa proletária, (pequena imprensa), que combatia a ordem vigente (de tendência anarquista ou socialista): e a imprensa política, que tratava do tema tal como era entendido e praticado na República Oligárquica e que utilizava uma linguagem violenta, nítida principalmente quando os jornais se dividem no decorrer da campanha para a sucessão de Afonso Pena.(1906-1909).

O período após a Primeira Guerra Mundial marcou a consolidação da fase industrial dos jornais. As agitações que ocorreram no início da década de 1920 ocasionaram a opressão à imprensa de oposição por parte das forças dominantes, que começaram a criar seus próprios jornais, num momento em que a imprensa se desenvolveu no sentido de firmar sempre a estrutura empresarial. No final deste decênio, quando houve uma ruptura da união entre as elites paulistas e mineiras, esta forma a Aliança Liberal, à qual se junta a maior parte da imprensa de oposição.

O movimento de 1930 levou Getúlio Vargas à presidência, na qual ocorreram diversas mudanças para o país. Quanto à imprensa, tem-se que, após o referido ano,

*A relação do jornalismo com o poder político e a sua inserção na própria estrutura de decisão econômica se acentuam à medida que o país acelera a industrialização e os veículos instalam suas novas máquinas de informar. Decai a constância da imprensa partidária. Em seu lugar surge uma imprensa de massa (BAHIA, 1990, p.231).*

Com o Estado Novo (1935-1945), instalou-se forte censura aos jornais e muitos foram fechados, criando-se o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que

controlaria a imprensa e o rádio e ditaria os assuntos proibidos, além de incorporar ao seu “patrimônio” jornal e emissoras de rádio. A entrada do Brasil na II Guerra implicou mudanças importantes para a imprensa, cuja maioria tomou posição adversa.

À medida que a ditadura varguista se deteriorava, a imprensa se “libertava” e se acentuava a tendência das grandes corporações, que se ampliavam (lidando com jornais, revistas, rádio e televisão), manipulavam a opinião, conduziam as preferências, mobilizavam os sentimentos (SODRÉ, 1999). Entretanto, viam-se dependentes de outras empresas, sobretudo estrangeiras, uma vez que o papel utilizado era importado e estão submetidas ao controle das agências de notícias e de publicidade, as quais vinham ganhando espaço em âmbito internacional.

Ao se estabelecer a Guerra Fria, aumentou a influência norte-americana nos meios de comunicação brasileiros, que passaram a pregar o anti-comunismo. As medidas estatais no governo de Vargas, em 1951, fizeram com que a imprensa (controladas por tais agências) se voltasse contra ele, já que na concepção liberal a interferência do Estado deveria ser extinta.

Em 1961, quando houve a tentativa do golpe de Estado com vistas a impedir a posse de João Goulart, instalou-se forte censura à imprensa, que teria contribuído para o fracasso de tal processo, vitorioso anos depois. Implementada a ditadura, foi promovida a destruição de qualquer resistência na mídia.

No decorrer do governo militar, conforme os monopólios estadunidenses se instalavam e se expandiam no Brasil, surgia também a necessidade de estabelecer o controle da opinião e criar a *sua* imprensa. Passava-se a crer, como afirma Sodré (1999), que “*a solução dos nossos problemas*” (p.930) estaria nos Estados Unidos, num contínuo processo de alienação da consciência brasileira. Ao mesmo tempo, difundiam-se várias revistas estrangeiras como, *O Médico Moderno*, *O Dirigente Rural*, *Quatro Rodas*, *Capricho*, dentre outras, e crescia a tendência da compra de jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão por grupos externos, destacando-se a ligação do Grupo Roberto Marinho (TV-Globo) com o consórcio americano Time-Life, que causou grande repercussão.

Essa influência do capital internacional na imprensa, notadamente o norte-americano, foi mantida longo de toda a segunda metade do século XX, acompanhando os traços que o capitalismo adquiria no Brasil.

A imprensa contemporânea possui como características o desaparecimento de numerosos jornais e pela especialização das revistas, bem como pela “oligopolização” (concentração), assumindo o caráter de grande empresa e adquirindo um importante papel no processo de dominação, que se utilizava da força e que agora se exerce pelo exercício da propaganda, da persuasão em compatibilidade com o regime dominante e assegurando o controle das elites brasileiras.

A grande imprensa trabalha deformando e escondendo a realidade brasileira e distanciando o público da mesma e do país como um todo, além de promover a desvalorização do que é nacional. Assim, como nos fala Nelson Werneck Sodré (1990), a atual imprensa:

(...) pouco a pouco, aparece com seus traços definidores inconfundíveis de alavancas suportando a alienação e buscando convencer os leitores de que o quadro apresentado, nessa unanimidade torpe de opiniões, resulta de uma fatalidade, a que todos devem se curvar. Na verdade, a imprensa oligopolizada e vinculada à estrutura social e política vigente definiu a sua alienação e perdeu qualquer traço do que é nacional aqui. A alienação é o seu retrato(p.10).

### **3.2) As Revistas no Brasil**

Após tratar do desenvolvimento da imprensa como um todo no território brasileiro, será realizada agora uma breve apresentação acerca da origem e da forma assumida pelas revistas no interior do mesmo. Tal abordagem revela-se importante diante do fato de o presente trabalho possuir como foco principal de análise justamente uma revista, a que será conferida maior atenção somente no próximo capítulo.

As revistas surgiram primeiramente na Europa e nos Estados Unidos, durante o Século XVIII. Já no Brasil, elas remontam mais expressivamente ao Século XX, uma vez que na centúria anterior o que havia, além dos jornais, eram as folhas de caricaturas, as quais participaram das lutas liberais e de movimentos como a abolição (SODRÉ, 1985)

Esse tipo de imprensa, no Brasil, desde o seu início foi definido pela ilustração, que por meio de uma composição editorial, adaptada às tendências internacionais, criavam modas, impunham comportamentos, assumindo a “estética burguesa” do mundo que estavam a representar, *Careta*, *Fon-Fon*, *Revista da Semana*, *O Cruzeiro*, *Kosmos*, *O Malho*, *Avenida*, *Ilustração Brasileira*, *Vida Doméstica*, *Para Todos* e *Cinearte*, foram algumas das revistas nascidas na primeira metade do Século XX.

Abordar o desenvolvimento das revistas em âmbito nacional implica necessariamente um destaque para *O Cruzeiro*, considerado um marco na história do jornalismo brasileiro. Lançada por Assis Chateaubriand, da empresa *Diários Associados*<sup>7</sup>, em 1928, tal revista viria, segundo Bahia (1990), “para alterar formas convencionais de conteúdo, impressão e veiculação da notícia” (p.185).

Três anos depois de tal lançamento, os *Diários Associados* investiu na modernização dos equipamentos de impressão, buscando a melhoria da qualidade da imagem fotográfica, a qual assumia função prioritária. Essa e outras modificações promoveram uma reformulação geral no padrão das publicações ilustradas, que tiveram de recordar toda a sua linha editorial para concorrer com aquele imposto por *O Cruzeiro*, este que também dispunha dos melhores repórteres e intelectuais da época.

Essa revista cobriu importantes eventos (como a Revolução de 1930, as mudanças culturais e as conquistas científicas em processo) que alterariam o perfil da sociedade. Foi se tornando, assim, não apenas um veículo de ilustrações, mas também de notícias, além de deixar de ser predominantemente local e de incorporar a agilidade, dinâmica e objetividade das relações mundiais, cujo resultado mostra-se na passagem a seguir.

*De 1954 a 1955, O Cruzeiro revela que a sua tiragem semanal é, em média, de 720 mil exemplares, maior que qualquer outro índice de circulação na imprensa. Um recorde que só viria a ser batido extraordinariamente por “Veja”, em 1985 (729.157 exemplares, edição de 1º de maio sobre a morte de Tancredo Neves), e, em setembro de 1986, com a marca de 820.000 cópias semanais (Bahia, 1990, p.190).*

---

<sup>7</sup> Os *Diários Associados* foram umas das maiores corporações existentes no Brasil, sendo obra de Assis Chateaubriand e tendo como empresas mais célebres a *TV Tupi* e a revista *O Cruzeiro*.

Na década de 1970, contudo, com a morte de Chateaubriand, *O Cruzeiro*, que fora marcado também pelo cultivo sensacionalista, entrou em crise, não suportada pelos *Diários Associados*, tendo sua última edição lançada em 1979.

Outra importante revista foi *Manchete* (1952), que viveu seu melhor período nos anos 60, quando se intensifica o desenvolvimento das agências de notícias e o aprimoramento dos serviços fotográficos, bem como a especialização das revistas e a formação de editorias. *Manchete*, então, reuniu as características modernas da revista nesse âmbito de mudanças, sendo ela pertencente a Bloch Editores, uma das maiores da época, juntamente com a Abril.

A Editora Abril foi fundada em 1950 por Victor Civita. Dentre suas publicações, despontaram *Cláudia* (1961), *Quatro Rodas* (1960), *Realidade* (1966) e *Veja* (1968), todas relacionadas a aspectos da modernização nacional e baseadas em modelos europeus e norte-americanos (que eram “abrasileirados”). A primeira se desenvolveu junto à constituição da chamada sociedade de consumo e consolidou a imprensa feminina no Brasil, enquanto a segunda matinha ligação com a implantação das indústrias automobilísticas (BAHIA, 1990).

*Veja* e *Realidade* tiveram maior atuação no plano político-ideológico (MIRA, 2001). Esta, que era mensal, trouxe o chamado “new-jornalismo”- estilo de escrita sem o peso da objetividade-, um tipo de texto mais literário, além de temas comportamentais e polêmicos para época, tendo no entanto, curta duração. “Veja”, de que trataremos no capítulo IV, era semanal e seguia os moldes da norte-americana *Time*, tendo inaugurado uma nova fase para as revistas brasileiras tomando-se a principal do país, sobretudo a partir do desaparecimento de *O Cruzeiro*.

A década de 1970 delineou um novo período para esse tipo de imprensa, em que se assistiu à perda do desejo de torná-la autenticamente brasileiro. Com a abertura do país às relações internacionais, a figura do Estado enfraquecia, assim como a preocupação de construir uma “identidade nacional”. O Brasil não mais se constituía como referência à formação da identidade de indivíduos ou grupos.

Além disso, o desencadear da crise do petróleo (1973) trazia importantes mudanças para as revistas. O capitalismo mundial entrava em sua mais recente etapa, iniciada com o declínio do fordismo e que ocasionava transformações nos processos produtivos e nos

padrões de consumo. Estas implicaram inovações tecnológicas, no sistema organizacional e no setor financeiro, as quais voltavam a flexibilização.

Esse quadro teria reflexão em todos os campos da mídia (jornais, radio, televisão, revistas), acelerando, a partir de meados da década de 1980, o processo de segmentação da mesma, como é o exemplo de criação da Editora Azul, pela Abril em 1986. As empresas flexibilizadas atenderiam mais rapidamente a demandas específicas, daí a crescente especialização. Assistia-se também ao crescimento dos departamentos de marketing, que ganhavam espaço no interior das empresas relacionadas não só às revistas, informando desde a concepção de um produto ate as pesquisas sobre o publico alvo, o anunciante, promoções, concursos, eventos.

Atualmente, as revistas brasileiras são marcadas por aspectos semelhantes aos existentes na Europa e nos Estados Unidos. Segundo Muniz Sodré (1985), um deles diz respeito à alta concentração por parte de algumas empresas, que tendem a aumentar o numero de publicações, ampliando publico leitor. Outro está relacionado, à acessibilidade no mercado, em que há o domínio das agências de noticias e, assim sendo, mesmo que uma revista obtenha sucesso em suas tiragens, elas devem investir também em publicidade, a fim de integrar-se na “ordem” ditada por aquelas.

Há, além dessas, a questão de as revistas apresentarem considerável vulnerabilidade, dada a necessidade de permanente renovação de sua formula, de acordo com a organização capitalista do mercado publicitário. Elas também dependem da importância dos acontecimentos, que determine variações no comportamento das mesmas no mercado conforme a época. *“No Brasil, de modo geral, as grandes festividades (Carnaval, festivais de canção, etc.) fazem aumentar ligeiramente a venda de revistas”* (SODRÉ, 1985, p.44).

Percebe-se, pois, a forte ligação existente entre as revistas e setor publicidade. Aquelas valorizam os aspectos publicitários da informação, enfatizando a notícia sensacionalista, o que se mostra atrativo para as agências e anunciantes, e explorando os impulsos consumistas dos leitores, de modo a estreitar seu vínculo com a estrutura capitalista do mercado.

A mensagem transmitida por elas é determinada conforme a classe, a que se dirigem: a classe dominante. As camadas populares aparecem nas revistas de luxo somente em casos de crimes, greves, tragédias de que são vítimas. Destinam-se geralmente a estes

segmentos da sociedade baixa escolaridade as publicações que contenham as chamadas fotonovelas, as quais nos remetem a uma marca fundamental das revistas: a imagem.

Sabe-se, hoje, do constante aperfeiçoamento das técnicas de reprodução da imagem. A crescente valorização da fotografia decorre de fatores como a necessidade de atingir as grandes massas, em diferentes níveis culturais, do fato de se ter o jornalismo de opiniões em segundo plano, à medida que a imagem passa a representar um instrumento de “imparcialidade”; e condensação dos textos, que buscam a rapidez e brevidade. A fotografia confere à revista a característica de que é produzida para o entretenimento e evasão dos leitores, evidenciada no seguinte trecho:

*O arrebatamento da imagem fotográfica, a policromia, a paginação bem cuidada, alienam o leitor do conteúdo dos textos, transformando o veículo num objeto de pura contemplação, algo a ser folheado nas horas vagas ou durante as viagens” (Sodré, 1985, p.48).*

Assim, numa sociedade cuja comunicação se baseia cada vez mais na imagem, as revistas, em que a fotografia predomina sobre o texto, se utilizam da visualidade dos modernos meios eletrônicos, generalizando o mito da verdade fotografia, e representam, para muitos, a forma pela qual se enquadram e se reconhecem nos padrões estabelecidos pela sociedade.

## Capítulo IV

### O Interesse da Mídia sobre as Questões Ambientais

#### 4.1) Mídia e Meio Ambiente

Nos capítulos anteriores, tratamos dos aspectos relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento da imprensa no Brasil, inseridos no contexto em se deu o avanço do sistema capitalista. Tendo este sistema se consolidado no país atualmente, como será a relação estabelecida entre a mídia e os assuntos ligados à questão ambiental?

Os meios de comunicação apresentam ainda crescente importância quanto à difusão da problemática ambiental. Segundo Ramos (1995), a evolução dos mesmos, por meio do desenvolvimento tecnológico, constituiu-se num dos fatores responsáveis por uma nova etapa no relacionamento do homem com a natureza, o qual estaria submetido à interferência daqueles que detêm o domínio da informação, assim como ocorre com todos os fatos que se tornam notícias.

Hoje, verifica-se o aumento considerável das publicações, documentários, campanhas e de publicidade acerca do tema, sendo, contudo, nos jornais, revistas e televisão que este passou ao conhecimento de segmentos da sociedade que nunca ou pouco haviam tido acesso, uma vez que se limitava a espaços os restritos, como seminários e publicações especializadas. Daí a importância de se pesquisar o modo como a comunicação tem se inserido no âmbito das discussões sobre o meio ambiente.

Vimos no capítulo III, que a imprensa atua, sobretudo no mundo contemporâneo, no processo de formação de opinião e como elemento de controle social, político, ideológico e cultural. Estas são características inerentes também a todos os veículos de comunicação, já que estiveram sempre sob controle das elites nacionais, independentemente do regime de governo estabelecido internamente.

Ao tratar da questão ambiental, faz-se necessário uma abordagem interdisciplinar, dado que os problemas relativos ao meio ambiente relacionam-se a um contexto muito amplo e não podem ser estudados de forma isolada. Porém, o que tem ocorrido por parte de tais veículos é divulgação de tragédias ambientais, que dias depois já perdem a importância e caem no esquecimento, ou seja, a disseminação de informações possui forte apelo

persuasivo, refletindo a predominância de interesses individuais, meramente corporativos e não coletivos (RAMOS, 1995).

Tornou-se muito comum também a realização de campanhas publicitárias e eventos promovidas por grandes empresas e instituições em defesa do meio ambiente. Cabe ressaltar, no entanto, que muitas destas representam justamente aquelas que mais danos provocam à natureza. Essa situação revela amplitude alcançada pela temática ambiental, que então tem se constituído numa questão aproveitada pela mídia (haja vista o fato de atrair cada vez mais audiência), sem que seja, todavia, tratada a fundo, pois implicaria uma discussão acerca do modelo de desenvolvimento vigente, o que não interessa aos detentores do poder, que pensam a ecologia como um modismo. Segundo Roberto Villar<sup>8</sup> (1997):

Os grandes grupos de comunicação do país sabem que não podem ignorar a questão ambiental, meramente por uma questão de mercado, e por isso fazem pequenas concessões, abrindo janelas periféricas aqui e ali. No entanto, mantêm o jornalismo ambiental com um status marginal. E o jornalista que se especializa é rapidamente tachado de ecochato ou ecologista, minando a credibilidade do profissional. Principalmente quando começa a discutir com profundidade as questões ecológicas e denunciar grandes empresas poluidoras (p.2).

Além disso, o fato de a pauta ambiental ser determinada pelas agências internacionais constata o desinteresse das redes de comunicação na difusão de matérias relacionadas ao meio ambiente, sobretudo em se tratando de problemas nacionais, a que se confere menor importância; bem como a falta de imparcialidade das mesmas, que em toda história dos meios de comunicação, no Brasil e no mundo, nunca existiu.

Nesse sentido, estudar a mensagem presente no meio de comunicação impresso, no que diz respeito ao meio ambiente, representa um processo fundamental para entender a influência da mídia para a população e ainda compreender a visão que constrói na sociedade acerca de tal questão.

Neste capítulo, pois, será realizada uma análise de conteúdo a partir da publicação d dia 08 de junho de 2005 da Revista *Veja*, de grande circulação no país, a fim de verificar a

---

<sup>8</sup> Roberto Villar é sócio do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul e responsável por programas como *Gaúcha Ecologia*, da Rádio Gaúcha, e *Ecologia em Destaque*, da Rádio CBN de Porto Alegre, tendo feito cobertura da Rio-92e outras importantes conferências.

forma como esta abordou assuntos referentes à problemática ambiental, havendo também uma descrição geral da revista. Antes, contudo, cabe um breve histórico acerca desta, apresentado a seguir, para que se conheçam algumas de suas características, adquiridas desde o seu surgimento aos dias atuais e inseridas no contexto das relações internacionais ao longo dos tempos.

#### **4.2) Sobre a Veja**

A *Veja* é uma revista de circulação nacional, produzida semanalmente, e foi fundada em 8 de setembro de 1968 por Victor Civita (1907-1990), num momento em que a Editora Abril representava o maior parque gráfico da América Latina. Segundo Bahia (1990), seu lançamento tinha por objetivo

oferecer aos leitores uma seleção ordenada e concisa dos fatos essenciais da semana em todos os campos do conhecimento, explicando seu significado, fornecendo seu pano de fundo e servindo como uma espécie de rascunho semanal da história desse mundo efervescente e aparentemente inexplicável (p.401).

A proposta da revista baseava-se nos modelos norte-americanos de *Time* e *Newsweek*, apresentando como eixo a cobertura política, na busca pelo “furo”. A visualidade, nesse período inicial, não se constituiu como marca da publicação, que se distinguiria das demais “por sua especialidade na ordenação e interpretação dos acontecimentos”, onde “os fatos não são apenas descritos, mas sobretudo expostos em seu significado”<sup>9</sup>.

Nascida durante o governo militar, a revista passou por censura que durou oito anos, só terminando em 1975, após a demissão de Mino Carta que a coordenava, mas que era detestado pelos ministros do presidente Ernest Geisel (Hernandes, 2001). No ano seguinte, Carta fundaria uma das principais concorrentes de *Veja*, a *Isto É*.

---

<sup>9</sup> *Idem.*

Além da censura, *Veja* não foi inicialmente aceita pelo público, como afirmou Thomaz Souto Corrêa, vice-presidente da revista.

Veja entra, vende 700 mil exemplares, e foi uma decepção enorme. As pessoas provavelmente acostumadas à fórmula ilustrada de “Manchete” e do “O Cruzeiro” – acharam que uma revista chamada *Veja* ia ser uma revista para se ver não para se ler.(...) Quando aparece a *Veja*, num primeiro momento completamente contrário de revistas que se faziam no Brasil, foi um fracasso. E quando ela vai se encaminhado no sentido de uma revista semanal de notícias, ela começa a preencher o vazio que a *Manchete* não conseguiu conquistar<sup>10</sup>.

A má situação do semanário de notícias findou em 1974, quando começou a obter assinaturas e assim a dar lucro. Com a saída de Mino Carta<sup>11</sup>, assumiram a relação José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu, com destaque para o primeiro, segundo o qual dever-se-ia publicar fatos inéditos (furos), a fim de que houvesse comentários e que chamasse a atenção dos não-leitores.

A partir dos anos 90, *Veja* foi assumindo características bastante atuais, inerentes não somente a ela, mas a outras revistas também. Uma delas diz respeito à predominância de assuntos do âmbito internacional sobre o cenário nacional (aprofundaremos este aspecto na seção 4.4 desde capítulo). Outra se refere ao momento de escolha da pauta, onde são sugeridas as chamadas matérias “frias” ou “quentes”. Conforme Hernandez (2001), aquelas correspondem às que não perdem atualidade, sendo publicadas num intervalo de tempo relativamente grande, a fim de que o leitor não as julgue ultrapassadas, o que significaria, então, que no ínterim da elaboração da pauta à publicação, surgem, os fatos “quentes”, que tomam o lugar das primeiras (estas funcionam com um estoque).

Ainda de acordo com o autor, em paralelo à escolha das matérias se dá a configuração das estratégias visuais, as quais são pensadas de forma que as fotografias e

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida por Thomaz Souto Corrêa ao *Observatório da Imprensa*, em novembro de 2003.

<sup>11</sup> Mino Carta foi um importante jornalista, editor da revista *Veja*, que atacou por diversas o governo do general Geisel (1974-79). Segundo Gustavo Barreto (2004), em 1975, a família Civita (proprietária da Editora Abril) teria pedido um empréstimo de 50 milhões de dólares ao governo. O ministro da Justiça na época, Armando Falcão, propôs um negócio aos Civita: liberava o dinheiro e terminava com a censura, mas Mino Carta tinha que ser demitido. E assim o foi.

gráficos reafirmem a abordagem da parte textual. Desse modo, explica Hemandes que grande parcela das fotos realizadas pelos profissionais de *Veja* é posada.

O repórter fotográfico é muito mais retratista. Ele só sai à rua com uma pauta do editor nas mãos, muitas vezes bastante rígidas. O editor chega a definir expressões do rosto, posições do corpo, fundos, lugares, iluminação, entre outros detalhes. Ele já sabe que tipo de imagem espera para reafirmar a parte verbal (p.12).

Além disso, *Veja* abandonou seu enfoque político-econômico mais profundo, como estratégia de marketing, a fim de se adequar ao mercado, variando os assuntos abordados, de modo que atendam os interesses dos leitores, cada vez mais incorporadas à sociedade de consumo.

O principal público da revista é, de modo geral, a elite brasileira, leitores de grau de escolaridade acima da média do país. Mais especificamente, releva-se como a revista mais lida pelos jovens, conforme indica uma pesquisa realizada com 3.501 entrevistados (entre 15 e 24 anos) de 198 municípios, em dezembro de 2003<sup>12</sup>.

#### Revistas que costuma ler

Veja	27%
Época	10%
Contigo	9%
Caras	9%
Isto é	8%
Capricho	7%
Quadrinhos/Gibi	5%

---

<sup>12</sup> Fonte: O Perfil da Juventude Brasileira, do Instituto de Cidadania/Sebrae e Instituto da Hospitalidade

Atualmente, “Veja”, com suas páginas coloridas, de papel brilhante e cujos padrões promovem a identificação de muitos com a “realidade” apresentada, é a revista mais lida em todo Brasil, daí a importância de se estudar a forma com que tem abordado assuntos relativos ao meio ambiente, notadamente na Semana do Meio Ambiente, numa época em que muito se tem evidenciado sobre a escassez de diversos recursos da natureza e a necessidade de se adotar um desenvolvimento sustentável.

#### 4.3) Descrição da capa



A capa de uma revista, como se sabe, traz consigo o principal assunto a ser abordado por esta, sendo um importante instrumento utilizado para atrair os leitores e devendo, por isso, empregar artifícios que chamem a atenção dos mesmos. A capa da edição de 08 de junho de 2005 da revista *Veja*, a qual será aqui analisada, apresenta, em seu centro, a figura de uma serra, de cor marrom, na qual encontra-se o elemento textual

CORRUPÇÃO (em letras “garrafais”). Abaixo desta, tem-se a imagem de uma floresta, sob o título, em cor branca, “Amazônia à venda -petistas presos aceitavam propina de madeireiros que devastavam a floresta”.

Na parte superior, destaca-se como pano de fundo a bandeira do Brasil, sendo cortada pela serra. Observa-se, ao canto esquerdo, a figura de uma fita, intitulada “fita da ‘mesada’” (escrito em vermelho) e acompanhada por um pequeno trecho, em azul, da fala de Lídio Duarte, ex-presidente do IBR (Instituto de Resseguros do Brasil), referente à gravação realizada pela Polícia Federal, permitindo a descoberta do envolvimento de integrantes do PT nos lucros obtidos com a devastação da Floresta Amazônica, e mostrada reportagem das páginas 118-124. No canto direito, verifica-se o nome da revista, “Veja”, cujas letras estão na cor vermelha e havendo uma estrela branca acima da letra “a”, a partir do que se pode aferir uma alusão ao Partido dos Trabalhadores.

Realizando-se uma interpretação desses aspectos, pode-se dizer que a serra representa a corrupção, a qual estaria sendo apontada como a causa da devastação da floresta Amazônica e que estaria sendo praticada por membros do PT, partido a que pertence o atual presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva. Além disso, a cor marrom de tal instrumento pode apresentar relação com a os troncos de árvores derrubadas pelas madeiras que atuam na região. Não nos é levado a refletir, todavia, sobre as verdadeiras causas da devastação da floresta, que, conforme vimos no Capítulo II, estão relacionadas aos interesses econômicos inerentes ao modelo de desenvolvimento vigente e às potências globais que dominam as relações estabelecidas no mesmo.

Na contra-capa, com um significado distinto daquele existente na capa, há um anúncio publicitário de uma rede joalheira, fazendo referência ao dia dos namorados e apresentando o rosto de modelo, cujo embelezamento é focado num brinco.

#### **4.4) Observações Gerais**

A revista analisada dispõe de 164 páginas (incluindo capa e contra-capa), das quais 85 (aproximadamente, 51,8%) contêm anúncios publicitários. Destes, 84,7% ocupam toda

uma folha, ou duas (72 folhas), e 15,2 % (13 folhas) dividem a página com alguma reportagem.

A partir da capa, segue-se até a página 7, três propagandas de cunho comercial: uma referente a um banco (págs. 2 e 3), outra à uma operadora telefônica (págs. 4 e 5) e a última à publicidade de roupa (págs. 6 e 7).

Na página 8, encontra-se o sumário. Este se divide em seis editorias, as quais, por sua vez, apresentam os títulos das reportagens contidas na revista e suas respectivas páginas.

A primeira delas chama-se *Seções* e está subdividida em *Carta do leitor* (página 9), em que se apresenta um texto tratando de um discurso proferido pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, acerca das denúncias de corrupção; *Entrevista* (página 11 a 15), que abrange uma matéria realizada o historiador inglês Timothy Garton Ash, que mostra seu ponto de vista sobre a recusa de França e Holanda com relação à uma Constituição Européia e seus possíveis impactos; *Ponto de vista* (página 22), com o título de *A culpa é do tataravô*, onde o economista Cláudio de Moura Castro realiza uma crítica a rede de ensino brasileira; *Cartas*, em que os leitores escrevem à revista, sendo, iniciada na página 24 e se estendendo até a página 31; *Millôr* (página 35), com a crônica *O significado da vida*; *Holofote* (página 36), contendo sucinta informações relativas à política e à economia; *Contexto* (pág. 37), abordando a questão dos riscos de obesidade infantil; *Radar* (págs. 38 e 39), onde se tratam sucintamente de assuntos variados; *Veja essa* (págs. 42 e 43), em que estão algumas falas de personagens de destaque em âmbito internacional. No decorrer dessas quarenta e três folhas, constatou-se que trinta se destinam a anúncios publicitários, estando dividindo a página com a reportagem ou ocupando toda ela e mesmo duas folhas.

*Seções* segue na página 46 com *André Petry*, onde este critica a declaração do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, acerca da pesquisa de células-tenco de embriões humanos. Saltando para as páginas 112 e 113, tem-se *Gente*, contendo informações sobre indivíduos do meio artístico; e depois para 116 e 117, encontram-se pequenos parágrafos que tratam de assuntos variados. Posteriormente, tem-se *Tales Alvarenga* (pág.138), abordando a questão do Partido do Trabalhadores e da CPI; *Diogo Mainardi* (pág.159), tratando dos investimentos governamentais ao cinema nacional, que decaíram nos últimos anos; *Veja Recomenda* (págs.160 e 161), em que se realizam sinopses

de filmes, DVDs, livros, destacando-se também alguns CDs; e por fim, *Os livros mais vendidos* (pág.161), onde há um a lista dos mesmos.

A segunda e a terceira editorias são *Brasil* (págs. 44 e 45), com a reportagem *Para o trem voltar a correr*, de Crystiane Silva, sobre o desafio do governo brasileiro em relação aos juros e à inflação; e *Internacional*, apresentando as matérias *O Bloco da desunião européia* (págs. 48 e 49), que revela o temor ainda existente no que diz respeito o rápido avanço da integração no continente europeu; *Sou o Garganta Profunda*(págs. 50 e 51), na qual o vice-diretor do FBI na década de 1970, Mark Felt, diz ser a fonte secreta que ajudou a derrubar o presidente Nixon, no escândalo de Watergate, e *Pequenas Vítimas* (pág. 52), em que se aborda o fato de o general chileno Augusto Pinochet ter tortura e matado crianças durante seu governo. Da página 44 até a 57, verificaram-se seis folhas destinadas a propagandas de marcas de celulares e de relógios, bem como realizadas por empresas de mineração e telefonia.

Segue-se, então, a editoria *Geral*, apresentando os temas *Tecnologia*, com *Eles estão entre nós* (págs. 58 e 60), onde se tem a questão do aumento da produção de robôs que, num futuro próximo poderão substituir o homem nas tarefas domésticas; *Esportes* (pág. 62), com *Bonitinha e rapidinha*, tratando da piloto Danica Patrick, dita revelação da Fórmula Indy; *Saúde* (págs. 70 e 71), com *Um laser no fim do túnel*, que nos fala de uma cirurgia que modela a córnea, contribuindo para o tratamento de vista cansada; *Moda* (págs. 72 e 73), mostrando as tendências da estação. Além desses, há *Antropologia* (págs. 74 e 75), que apresenta a evolução humana em função do desenvolvimento do comércio; *Cidades* (págs. 76 e 77), que informa acerca da existência de crianças cariocas vivendo em bueiros; *Consumo* (pág. 78), que revela a grande quantidade de caixas eletrônicos no Brasil; *Medicina* (págs. 82 a 84), referente a uma pesquisa que mostrou a alta incidência de hipotireoidismo entre as mulheres brasileiras; *Ciência* (pág. 90), em que se expõe acerca de um estudo realizado nos Estados Unidos que identificou as áreas ativadas no cérebro de pessoas apaixonadas.

Cabe ressaltar que, dentre as 72 folhas destinadas a anúncios publicitários, destaca-se o anúncio presente nas páginas 92 e 93, realizado pelo governo do estado do Amazonas, evidenciando-se a Zona Franca de Manaus. É notória a apelação para o aspecto ambiental, com a utilização da paisagem da floresta Amazônica, que contorna o mapa da América do

Sul, onde aquele estado encontra-se destacado e preenchido por matas. Além do verde destas, a cor é empregada no título e sub-título e na nota que se encontra no lado direito (parte inferior) do anúncio e abaixo da qual se faz referência ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

*O Amazonas preserva 98% da sua floresta.*

*Zona Franca Verde, desenvolvimento com respeito à natureza.*

O Amazonas reduziu sua área desmatada em 39%, alcançando assim a condição de Estado brasileiro que mais investe em preservação ambiental. Estes são dados fornecidos pelo INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que comprovam a atuação do nosso Estado, em parceria com o Governo Federal, na defesa da floresta.

Ações rígidas de controle ambiental, aliadas a políticas de desenvolvimento sustentável, como desburocratização do licenciamento florestal, regularização fundiária, criação de unidades de conservação, técnicas de manejo, entre outras, estão sendo implementadas.

Com isso, são geradas condições para levar emprego e renda às populações do interior, respeitando o meio ambiente.

Este é o princípio que norteia o Programa Zona Franca Verde, criado pelo Governo do Amazonas como incentivo à produção florestal, agropecuária e pesqueira, de forma ecologicamente apropriada, socialmente justa e economicamente viável.

É assim que o Governo do Amazonas trabalha, tendo sempre em vista a preservação do meio ambiente e o respeito à dignidade da nossa gente.

**A Gestão Ambiental faz a diferença:**

- Manejos Florestais comunitários em parceria com micro, pequenos e médios empreendedores.
- Manejos de lagos e rios.
- Crédito por meio da Agência de Fomento para micro e pequenas empresas.
- Implementação da Fundação de Amparo à Pesquisa: ciência e tecnologia voltadas para o desenvolvimento sustentável.
- Incentivos fiscais concedidos pelo Estado para empresas comprometidas com o meio ambiente.
- Adoção de novas tecnologias que não degradam a natureza.
- Ação fiscalizadora compartilhada pelo IPAAM, IBAMA, Polícia Civil e Polícia Federal.
- Articulação política envolvendo os Governos Federal, Estadual e Prefeituras.

**5 de junho - Dia Mundial do Meio Ambiente**

Zona Franca Verde  
GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

Com o título “O Amazonas preserva 98% da sua floresta” e o texto afirma que, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o estado reduziu sua área desmatada em 39%, através de medidas de controle ambiental que também ofereceriam empregos e renda à população local, princípios que norteariam o chamado Programa Zona Franca Verde. Percebe-se, no anúncio, forte marca de interesses econômicos, haja vista a produção visual que este contém a fim de transmitir a mensagem

de que a Zona Franca vem realizando projetos na região de forma a conciliar desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente.

Ainda em “*Geral*”, tem-se “*História*” (págs. 94 e 96), que traz uma reportagem acerca de Salvador Allende, ex- presidente chileno, ressaltando aspectos “obscuros” do mesmo, como racismo e homofobia; “*Sociedade*” (págs. 100 e 101), que aborda o caso de uma senhora de 98, a qual teria sido enganada e por isso perdido sua rica vinícola e outros bens; “*Cultura*” (págs. 104 e 106), tratando de uma exposição de livros sobre erotismo. Da página 118 à 137, há a parte “*Especial*” da revista, referente à capa, abordando seis reportagens sobre a questão do envolvimento de petistas em operações ilegais de devastação da Floresta Amazônica, dentre as quais tomaremos para análise “*Da floresta ao deserto*”. A seguir, aparece “*Justiça*” (pág. 138), apresentando ao caso da proibição de um livro, cujo conteúdo estaria denegrindo a imagem de um deputado, e “*Automóveis*” (págs. 140 a 142), informando acerca do sucesso dos motores *flex fuel* no Brasil, também alvo da análise deste trabalho. Até a página 143, vale ressaltar, verifica-se a existência de 79 folhas em que se encontram anúncios publicitários.

Na editoria *Guia* (págs. 144, 145 e 147), encontram-se recomendações para a prática de trekking (um esporte), bem como os melhores locais para a sua realização e os cuidados que devem ser tomados durante a mesma. A última categoria da revista, *Artes e Espetáculos*, que contém os tópicos *Música* (págs. 149 a 151), *Celebridade* (pág. 151), *Livros* (págs. 152 a 154), *Cinema* (págs. 158 e 159) e *Ensaio* (pág. 162), com a coluna de Roberto Pompeu de Toledo. Da folha de número 144 a 163, contabilizam-se mais cinco propagandas.

Assim, percebe-se que nesta edição da revista *Veja*, publicada na Semana do Meio Ambiente, não há uma editoria que trate especificamente de assuntos relacionados ao tema *Meio Ambiente* e que é predominante o caráter comercial, dada a grande quantidade de anúncios publicitários. Algumas reportagens, contudo, possuem uma abordagem que engloba aspectos ambientais, dentre as quais serão destacadas “*Da Floresta ao Deserto*” e “*Para Fugir do Petróleo, Biocombustível*”, de cujas análises serão apresentadas a seguir.

## 4.5) Análise de conteúdo

### 4.5.1) Reportagem *Da Floresta ao Deserto*



A reportagem *Da Floresta ao Deserto* (p. 126 a 128), de Erin Mizuta e Fábio Portela, está inserida no tópico *Especial* (editoria *Geral*), que se refere ao tema da capa da revista. Nela, os autores discorrem acerca do desmatamento desenfreado da Floresta Amazônica, principalmente na área correspondente ao estado do Mato Grosso, e havendo a participação de funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em tal processo.

Na parte superior das três folhas em que se encontra tal reportagem, há uma “tira” do verde da bandeira do Brasil, da qual saem “fiapos”, representando a destruição das florestas nacionais, conforme foi observado na descrição da capa.

O primeiro ponto a se destacar a respeito do conteúdo da referida matéria jornalística está relacionado com as causas apontadas, no decorrer da mesma, para a devastação da floresta. Mencionam-se “a fúria das motosserras, o avanço das fronteiras agrícolas” (notadamente o caso da soja), “o descontrole da política ambiental”, com suas “leis confusas” e a corrupção. Contudo, não se enfatiza os interesses do capital (e também

políticos) existentes por trás dessa histórica destruição, que conta com participação tanto de grupos econômicos internos e externos.

Os autores apresentam os números do desmatamento na Amazônia, divulgados pelo Ministério do Meio ambiente, colocando-os em evidência num mapa na região, em verde, de forma a mostrar a área desmatada em cada estado, através desenhos de toras de madeira (que crescem conforme dimensão do espaço devastado), e havendo pequenas “notas” sobre os estados do Acre, Rondônia, Pará e Mato Grosso, nas quais se aborda o envolvimento dos fiscais do Ibama na atuação das madeireiras, com ênfase para a figura do chefe de tal órgão em Rondonópolis, cuja foto aparece ao lado direito do mapa. Há também uma “nota” em destaque na parte inferior do mesmo, em que se compara a área desmatada à dimensão do território da Bélgica.

O texto prossegue mostrando declarações de importantes jornais estrangeiros sobre o caso. O norte-americano *The New York Times* escreveu:

*A Amazônia parece imune à lei, especialmente em um país que não há polícia suficiente para fazer valer regras, onde o crescimento econômico parece ser mais importante do que qualquer outra coisa e onde poderosos políticos locais parecem ter mais influência que o governo nacional.*

Esta passagem é passível de crítica, haja vista o fato de que as empresas provenientes dos Estados Unidos possuem notável e antiga atuação na região Amazônica e muito contribuíram (e ainda contribuem) para a atual situação da floresta, desde a sua inserção no país, sobretudo na década de 1970 (regime militar), conforme explicitado no Capítulo II, em prol do mesmo crescimento econômico condenado pelo jornal e por meio de “alianças” com os poderosos políticos locais da época. A atenção exclusiva ao setor da economia nesse período, estimulada pelo capital externo (principalmente do norte-americano), em detrimento do desenvolvimento social, desencadeou uma crise que permitiu que se chamassem os anos 80 de “Década perdida” (abordada no primeiro capítulo deste trabalho).

Além disso, não se pode esquecer que por trás do que Mizuta e Portela (os autores) chamam de “indignação ao redor do mundo” se encontra a ambição que existe internacionalmente pelo controle dessa rica região, sendo comum a imagem de que o Brasil

não sabe cuidar da mesma. É exatamente essa imagem que a matéria passa ao leitor quando mostram o pensamento de jornais de grande nome do exterior sobre tal questão, onde estes apontam o governo brasileiro como “*incapaz de preservar o maior pulmão do mundo*”(El País) e o governador Blairo Maggi (Mato Grosso) como principal responsável pelo “*estupro da floresta*”(The Independent).

É inegável o fato de que representantes nacionais possuem culpa no processo de destruição das florestas na Amazônia. A sociedade brasileira está endividada com a preservação do nosso patrimônio ambiental, mas é fundamental ressaltar a cobiça estrangeira por essa região, a fim de que se entenda o teor de afirmações como as divulgadas por tais periódicos.

A seguir, a reportagem trata do avanço da cultura de soja no Mato Grosso, que responde por “*26% do total da safra*” do país e por “*48% de toda a devastação registrada entre 2003 e 2004*”, tendo, inclusive, atingido a chamada mata de transição, que estaria protegida por lei, de modo que nas propriedades que as contivessem poderiam desmatar até 20% da terra. Entretanto, em 1995, o estado teria aprovado uma lei que consideraria tal área como “*Região da Floresta Amazônica*”, o que aumentaria o limite de exploração para 50%.

Com base nesse fato, os autores classificam o código ambiental como confuso e omissivo, permitindo “*todo o tipo de ataque em direção ao desmatamento*”. Cabe ressaltar, porém, que a ineficiência do mesmo é resultante de uma tradição brasileira marcada pelo desleixo a que nossas matas sempre estiveram submetidas e que sempre concedeu privilégios à classe dominante, bem como a grupos estrangeiros, para os quais a preservação das mesmas representa prejuízos ao seu enriquecimento. Essa questão não é explicitada, tratando-se da deficiência do código ambiental de modo superficial.

Relacionam essa situação, ainda, à “*bagunça*” existente quanto à definição das propriedades de terra na Amazônia, onde “*não há um cadastro confiável e ninguém sabe quem são os verdadeiros proprietários de imensas áreas*” da mesma. Não se faz menção ao fato de que essa “*bagunça*” decorre da ocupação desordenada da região, num processo marcado pela expropriação de terras indígenas e dos recursos existentes nas mesmas, cuja exploração atraiu grandes empresas nacionais e internacionais e trabalhadores. Não se tem conhecimento, realmente, dos verdadeiros donos de tais terrenos (não seriam as populações

que neles habitavam antes da chegada dos exploradores?), mas sabe-se que hoje estes se encontram sob controle de grandes latifundiários, dos grupos empresariais e mesmo de importantes figuras do cenário político.



O texto prossegue comparando a destruição da floresta Amazônica àquela ocorrida na Malásia e na Indonésia, para a qual a corrupção muito contribuiu, havendo na página 128, na parte superior, uma fotografia de uma área devastada da Malásia. É importante mencionar o fato de que, dentre as várias madeireiras que atuam na Região Norte do Brasil, estão as provenientes dessas duas regiões, que tendo vasta área de seus territórios devastados, tais empresas se dirigiram para outras regiões, como a Amazônia<sup>13</sup>.

A reportagem diz ainda haver possibilidades de reverter essa situação decorrente das explorações predatórias, baseando-se em casos como o da Suécia, que “chegou a ter a ter

<sup>13</sup> Ciência e Saúde-21 de novembro de 2005 (<http://br.news.yahoo.com/051121/40/zipq.html>)

*seu solo totalmente devastado*”, mas que *“hoje tem 74% do território coberto por matas”*, e do da Costa Rica, onde seriam utilizados pagamentos por serviços ambientais. Quanto ao primeiro caso, há de se ressaltar que a Suécia, segundo dados da WWF (Worldwide Fund for Nature- organização sediada neste país e que foi formada e registrada como instituição filantrópica, tendo como missão conservar a natureza e os processos ecológicos), representa uma das principais importadoras de madeiras ilegais registradas na Amazônia, onde cerca de 80% da exploração é realizada de forma clandestina<sup>14</sup>, sobretudo por países integrantes da União Européia.

Os autores afirmam ainda que especialistas acreditam que o Brasil pode crescer sem devastar as matas, apresentando duas medidas:

A primeira é estimular o plantio da soja em outras regiões **além** (o grifo é nosso) da floresta (os agricultores buscam as terras da Amazônia porque são mais baratas). A segunda é criar condições para melhor uso do solo no plantio de soja.

A utilização do termo “além” compreenderia idéia de que a plantação de soja deveria ser mantida na Amazônia e se expandir para outras áreas. Mas que áreas seriam essas? Essa medida reduziria o desmatamento de imensas regiões florestais impediria o avanço das fronteiras agrícolas, tratando-se de um cultivo característico das grandes propriedades monocultoras?

A matéria termina da seguinte forma: *“Ao contrario da cobiça humana, porém, a floresta tem um limite. A cada medição feita por especialistas, constata-se que o da Amazônia está mais e mais próximo”*, havendo na parte inferior da revista uma imagem dos jornais The New York times e El País e uma foto do governador Blairo Maggi, em meio a uma plantação, reforçando a idéia de que internacionalmente ele é o culpado pelo desmatamento.

Assim, a reportagem, além de tratar da questão da devastação da floresta com maior ênfase nas implicações políticas e econômicas, apresenta um caráter sensacionalista, expondo os fatos e as imagens de modo que o leitor não elabore um pensamento crítico acerca destes, uma vez que não os relaciona com contexto em que tal destruição esta inserida, apresentando uma visão fragmentada do problema.

---

<sup>14</sup> Fonte: *REVOLUTAS*- [www.revolutas.org](http://www.revolutas.org)- publicado em: 15/04/2005

## 4.5.2) Reportagem Para Fugir do Petróleo, Biocombustível

**Automóveis**

**Os flex fuel fazem sucesso no Brasil e, na Europa e nos EUA, os combustíveis orgânicos começam a ganhar as ruas**

O álcool de cana-de-açúcar, usado como combustível, é um velho conhecido dos motoristas brasileiros. Nos anos 70, quando o preço do petróleo subiu às alturas após um embargo dos países árabes, esse combustível chegou a alimentar 90% dos carros que rodavam no Brasil. Depois, quando o preço do petróleo caiu para níveis razoáveis e tornouse mais vantajoso para as usinas transformarem a cana em açúcar, o álcool foi sumando gradativamente dos postos. Nos últimos tempos, o álcool voltou às bombas em esteira de uma das mais surpreendentes reviravoltas da indústria automobilística brasileira: o sucesso de venda dos carros biocombustíveis, também chamados de flex fuel.

Gracias a modificações efetuadas no sistema de injeção do motor, esses veículos podem rodar indistintamente com gasolina, álcool ou com uma mistura em qualquer proporção de ambos os combustíveis. Atualmente, seis fabricantes oferecem carros biocombustíveis. Na Volkswagen, a primeira a lan-

çá-los, em 2003, os flex fuel já respondem por 66% das vendas e, até o fim de 2006, todos os automóveis produzidos pela empresa serão biocombustíveis. No câmpio geral, os flex fuel hoje respondem por 33% dos carros zero-quilômetro que saem das concessionárias. "Não há como fechar os olhos para esse fenômeno, nenhuma empresa pode ficar de fora do mercado dos flex fuel", diz Ana Theresa Borsari, diretora de marketing e qualidade da Peugeot no Brasil, que lançou sua linha biocombustível há três meses.

O sucesso dos flex fuel fez com que as vendas de álcool combustível dessem um fantástico salto de 34% entre 2003 e 2004. Isso porque, para a maioria dos motoristas brasileiros, sai bem mais barato rodar com ele. Na ponta do lápis, para ficar em conta, o litro de álcool precisa custar até 70% do preço cobrado pelo litro de gasolina. Isso porque, no tanque do carro, o álcool rende 30% menos que a gasolina. Para os motoristas do estado de São Paulo, onde o álcool custa metade do preço da gasoi-

na, a vantagem a favor do derivado da cana é evidente. Já no Distrito Federal e no Pará, locais em que o litro de álcool custa, respectivamente, 76% e 85% do preço da gasolina, esta é mais vantajosa para o consumidor. Calcula-se que hoje 90% dos proprietários de automóveis flex fuel enchem o tanque exclusivamente com álcool.

"O carro flex fuel protege o consumidor das crises de abastecimento e das variações de preço. Se o preço do álcool aumenta, você vai para a gasolina, e vice-versa", observa Rafael Schechtmann, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essa opção é particularmente atraente quando se considera que, nas últimas três décadas, os brasileiros correram para os veículos a álcool fugindo da crise do petróleo e, depois, se viram enfrentando filas nos postos para conseguir abastecer. "Nunca tive um carro a álcool porque tinha medo do histórico negativo desse veículo. Num

dia tinha álcool e no outro não tinha mais", diz o empresário paulista João Angelo Fontana, que venceu o meio e comprou recentemente um Peugeot 206 flex. Segundo cálculos da União da Agroparicultura Canavieira de São Paulo (Unica) que responde por mais da metade da produção nacional de álcool no país, o fantasma do desabastecimento está afastado enquanto o preço do petróleo continuar em patamares elevados, como os atuais 50 dólares o barril. "Com o barril acima dos 35 dólares, o álcool já se torna mais vantajoso", diz Antonio de Padua Rodrigues, técnico do órgão.

Essa contabilidade é o principal motivo pelo qual a experiência brasileira na produção de combustível orgânico, o chamado biocombustível, é acompanhada com interesse no exterior. O preço do petróleo tem subido tanto que, pela primeira vez, o biocombustível começa a se tornar mais barato para o consumidor em escala mundial. Nos Estados Uni-

dos, onde já há 4 milhões de veículos rodando com uma mistura de gasolina e álcool de milho, a produção deste biocombustível cresce 30% ao ano. Na Alemanha, a produção de biodiesel feita com óleo de canola aumenta anualmente 45%. A França pretende triplicar sua produção de álcool e de biodiesel até 2007.

O Canadá preparouse para construir uma usina de álcool combustível retirado da palha do trigo. As razões que movem esses países em direção aos biocombustíveis nada têm a ver com a defesa do verde. O objetivo é precaver-se contra eventuais reviravoltas na oferta de petróleo. O mundo que se forjou no século XX nasceu de um casamento indissolúvel com o petróleo, mas os indícios são de que todos os grandes lençóis petrolíferos já passaram de seu pico produtivo ou estão próximos dele. A Agência Internacional de Energia, com sede na França, projeta que será difícil para as economias desenvolvidas se manterem caso não possuam uma alternativa consistente aos derivados de petróleo, já que as reservas atuais seriam suficientes para atender ao crescimento da demanda somente nas próximas três décadas.

Outro fator de insegurança para os países europeus e os Estados Unidos — e também para o Brasil — é que a maior parte das reservas de petróleo se encontra sujeita aos ventos instáveis do Oriente Médio. Em nada ajuda o fato de que a Venezuela, o quinto maior produtor mundial, esteja sob o domínio de um clone de Fidel Castro disposto a usar

**A arrancada dos flex fuel**  
Porcentagem dos carros automotivistas entre os modelos zero-quilômetro vendidos no Brasil

2003	3%
2004	22%
2005	33%

Fonte: ANP

Um modelo biocombustível este vendido no país até hoje é o Car (R\$ 700 unidades)

**Países onde mais cresce o uso de combustíveis de origem vegetal**

<b>BRASIL</b> É o maior produtor. Além do combustível, 100% à base de álcool, adiciona 25% de álcool à gasolina	<b>ESTADOS UNIDOS</b> Tem 4 milhões de veículos rodando com mistura de gasolina e álcool de milho (de 10% a 85% de álcool, dependendo do estado). Em parte do país, o diesel é composto de 20% de biodiesel	<b>ALEMANHA</b> 1 800 postos oferecem biodiesel feito com óleo de canola	<b>FRANÇA</b> O diesel contém 5% de biodiesel	<b>CHINA</b> Em algumas províncias, é obrigatória a adição de 10% de álcool à gasolina
--	--	---	--	---

**PARA FUGIR DO PETRÓLEO BIOCOMBUSTÍVEL**

140 8 de junho, 2005 veja

A reportagem *Para Fugir do Petróleo, Biocombustível*, cujo autor não é mencionado, se estende da página 140 a 142 e aborda a questão da crescente produção de motores que podem funcionar à base tanto de gasolina como de álcool, ou mesmo por meio da mistura de ambos. Também chamados de flex fuel, os carros biocombustíveis têm tido sucesso no Brasil e em outros países, uma vez que em determinadas localidades a utilização do álcool é mais vantajosa, em outras a gasolina o é. Com tais motores, os consumidores estariam protegidos contra a instabilidade do preços do mercado.

A alta do preço do barril de petróleo atualmente viria tornando o biocombustível mais barato em escala mundial, sendo, por isso, já, produzidos nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, no Canadá e na China. O texto ressalta que os motivos de tal produção não teriam relação com a “defesa do verde”, mas com a precaução contra “eventuais reviravoltas na oferta de petróleo”, cujas reservas estariam se esgotando. Não se

faz menção, contudo, às razões condicionantes de tal escassez, decorrente da utilização indiscriminada desse produto.

Além disso, haveria prevenção quanto aos “ventos instáveis do Oriente Médio”, em que localiza grande parte das reservas petrolíferas, representando, pois, área de grande cobiça em âmbito mundial, palco de confrontos diretos em busca do domínio daquelas, com intensa participação norte-americana nos mesmos, como ocorreu na Guerra do golfo e na do Iraque. Será que a adoção do biocombustível contribuiria para o término das disputas por tais reservas?

O título da matéria encontra-se na parte inferior das duas primeiras folhas, na cor preta, estando a palavra *Biocombustível* em maior destaque. O primeiro “o” da mesma possui um tamanho maior que o das demais letras, apresentando a cor verde, e do centro do qual sai uma mangueira utilizada para abastecer os carros. Dentro desta existe um líquido verde, fazendo alusão ao biocombustível. Há também um pequeno quadro, igualmente em verde e que, em parte, sobrepõe-se à mangueira. Nele são mostradas as porcentagens dos carros biocombustíveis entre os modelos zero-quilômetro vendidos no Brasil, nos anos de 2003 a 2005. Abaixo, segue-se outro quadro que evidencia as nações onde mais cresce o uso de combustíveis de origem vegetal (sendo o Brasil o maior produtor), com os respectivos percentuais, apresentados também na cor verde. Assim, apesar de na reportagem ser afirmado que não há interesse quanto a aspectos ambientais da questão, tem-se forte apelação para estes, dada a grande ênfase da coloração a que comumente os mesmos são associados, o verde.

Na página 142, o texto prossegue afirmando que já foram realizadas diversas experiências com o uso de biocombustíveis, principalmente nos Estados Unidos e aponta como obstáculo o custo de produção, o que demandaria a concessão de subsídios, o que no Brasil, diferentemente de países como Alemanha, Estados Unidos, França e Inglaterra, não ocorre desde de 199, uma vez que a produção do álcool para combustível já se sustenta. Desse modo, se manteria na linha de frente na troca de gasolina por biocombustíveis, pelo sucesso dos flex fuel e pela fartura (até quando?) de cana-de-açúcar.

seu petróleo como uma arma política. Tudo isso faz dos biocombustíveis uma real alternativa futura à gasolina e ao diesel. Não há nada de excêntrico nisso. O alemão Rudolf Diesel desenvolveu um motor preparado para funcionar com óleo de amendoim e, em teoria, poderia trabalhar também com óleo de cozinha — pelo menos até os filtros entupirem. Henry Ford era um entusiasta do álcool como combustível, mas se rendeu à gasolina devido ao preço mais em conta do produto na época. Por enquanto, o uso de biocombustíveis na Europa e nos Estados Unidos, assim como na China, encontra-se num estágio pouco além do experimental. Os americanos são os mais avançados, graças à disponibilidade de milho, usado como matéria-prima para o álcool.

O maior problema para a expansão de seu consumo é o custo de produção. Para que os biocombustíveis cheguem às bombas a preços competitivos com os da gasolina e do diesel, a maioria dos governos precisa desembolsar gordos subsídios. Nos Estados Unidos, o litro do chamado combustível E85, composto de 85% de álcool de milho e 15% de gasolina, custa cerca de 45 centavos de dólar — 16 centavos são bancados pelo governo. O litro da gasolina sai em média por 53 centavos. Na Alemanha, o biodiesel de canola é mais barato que o diesel convencional porque o governo deixa de cobrar 47 centavos de euro de imposto por litro. A França e a Inglaterra adotam subsídios semelhantes. No Brasil, onde o álcool já anda com as próprias pernas, não se subsidia o produto desde 1999. Ele, mesmo por enquanto, com o sucesso dos carros flex fuel e a fatura de cana-de-açúcar, o Brasil se mantém na linha de frente na troca da gasolina pelos biocombustíveis.

## O BIODIESEL SOCIAL DE LULA

Decidido a ampliar o uso dos biocombustíveis no Brasil, o presidente Luís Inácio Lula da Silva lançou no ano passado o Programa Nacional de Biodiesel. A intenção é produzir esse combustível com extratos de plantas oleaginosas como girassol, soja, palma e mamona. A meta do governo é semelhante à traçada por vários países europeus: até 2008, o diesel vendido em todos os postos brasileiros deverá ter 2% de biodiesel, proporção a ser ampliada para 5% até 2013. A complicação é que Lula decidiu usar o programa para fazer bonito também no campo social. O governo pretende impulsionar a produção garantindo financiamento aos pequenos agricultores por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e concedendo isenções fiscais de até 100% ao biodiesel fabricado com matérias-primas adquiridas de pequenos agricultores das regiões Norte e Nordeste. Os grandes produtores, por sua vez, precisam tirar do próprio bolso. Ou seja,

o programa do biodiesel tem tudo para dar errado. Isso porque, para que a meta do programa seja atingida nos próximos três anos, a produção teria que crescer 800 milhões de litros por ano. Isso será muito difícil de alcançar em pequenas propriedades pouco mecanizadas. O engenheiro agrônomo Afonso de Faria, professor da Universidade de São Paulo (Unesp), diz que a produção varia bastante de acordo com o tipo de planta do qual o óleo é extraído, mas para todas as culturas em larga escala é necessário reduzir os preços e torná-los mais competitivos. "Pelo menos numa primeira etapa, é preciso fornecer insumos também aos grandes produtores", diz Miguel Dabdoub, coordenador do projeto BiodieselBrasil, que defende o potencial de utilização de culturas alternativas. "Eles estão polgados com o biodiesel, do fazem as contas acabam de investir", ele completa.



Frota brasileira: abastecê-la com biodiesel exige agricultores

Veja Leia o Em Profundidade: Petróleo em www.veja.com.br

142 8 de junho, 2005 veja

Também na folha de número 142, há um quadro que apresenta o corpo do texto em preto e ao fundo a cor amarela, tendo o título (*O Biodiesel Social de Lula*) em letras brancas, sobre um fundo verde. Neste quadro, aborda-se a questão do Programa Nacional de Biodiesel, lançado em 2004 pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva., cuja intenção seria “ produzir esse combustível com extratos de plantas oleaginosas à semelhança de metas adotadas por países europeus. No entanto, diz-se que “ o programa do biodiesel brasileiro tem tudo para dar errado”, uma vez que os grandes agricultores não estariam isentos de impostos e não receberiam financiamento do governo, ao contrário dos pequenos produtores.

Não se critica, porém, o fato de que adoção desse programa estimula cultura de plantas como a soja, cujo cultivo tem sido a causa de destruição de imensas áreas florestais como a própria revista se refere na reportagem *Da Floresta ao Deserto*. Desse modo, caberia um estudo mais aprofundado acerca das conseqüências ambientais do programa (será que traria realmente mais vantagens que desvantagens do ponto de vista ambiental?),

dentre as quais somente é mencionada a substituição dos derivados do petróleo, altamente poluidores.

Abaixo do texto, há uma fotografia em que se mostrando rodovias e viadutos com elevada movimentação de automóveis, com a seguinte legenda: *Frota Brasileira: abastecê-la com biodiesel exige agricultura mecanizada*. O objetivo de tal imagem, pois, consiste em passar para o leitor que a quantidade de veículos que circulam todos os dias nas grandes cidades do país requer uma produção de combustível em larga escala e, portanto, o leva a criticar a decisão do governo de não privilegiar os grandes produtores. Cabe ressaltar, como vimos no capítulo II, que são estes os principais responsáveis pela degradação ambiental que se tem assistido ao longo dos tempos, mas a tal fato não se faz referência na reportagem.

A matéria, como se pode perceber, apresenta um caráter voltado principalmente para questões econômicas e políticas, com destaque para a forte crítica ao governo brasileiro (assim como ocorre em toda a revista), conferindo-se quase que nenhuma atenção aos aspectos ambientais intrínsecos a tais questões e não havendo também menção ao Dia do Meio Ambiente, esquecido pelos editores de *Veja*.

## Conclusão

A abordagem do avanço das relações capitalista no Brasil, bem como dos aspectos inerentes à degradação ambiental e do desenvolvimento da imprensa no decorrer desse processo, revela a constituição de uma sociedade contraditória, marcada, ao longo de sua História, pela predominância de interesses de determinados grupos detentores do poder e que atualmente se encontra sob a influência de uma ideologia, o neoliberalismo, que estabelece um estado de liberdade e ao mesmo tempo submissão aos indivíduos.

Tal submissão, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, passou a ocorrer não mais por meio da força, mas, principalmente, nos dias atuais, por meio de discursos que visam à manipulação da forma de pensar e da consciência da população, apresentam uma realidade na qual esta possa encontrar uma identidade, sem que se adquira uma visão crítica a respeito das mensagens transmitidas, seguindo os moldes padronizados contidos nas mesmas (SODRÉ, 1999).

Ao avaliar o conteúdo apresentado pela Revista *Veja* em sua edição publicada na Semana do Meio Ambiente, foi possível constatar o fato de que esta nem ao menos foi mencionada nas reportagens, ao passo que a revista conferiu notável espaço a anúncios comerciais, mostrando o desinteresse para com a temática ambiental e grande preocupação em transmitir uma “necessidade” de consumo, criada pelo sistema capitalista vigente e refletindo a predominância de determinados setores da sociedade que têm acesso privilegiado aos veículos de comunicação em geral e, por isso, possuem mais condições de manifestar seus interesses e influir na formação de opinião.

As reportagens analisadas, embora abordassem aspectos ambientais, estes foram apresentados de forma fragmentada e superficial, não sendo inseridos no contexto político e econômico do país e do mundo. Ao tratar do desmatamento da floresta amazônica na matéria *Da Floresta ao Deserto*, os autores enfatizam não o problema da destruição em si, mas o fato de haver representantes do PT envolvidos no mesmo. Predomina um caráter sensacionalista da devastação do bioma, de modo a revelar os interesses econômicos inerentes a essa questão. Assim também ocorre com a reportagem *Para fugir do petróleo, Biocombustível*, em que tais interesses se mostram quando o texto fala da escassez do petróleo sem citar suas causas (o que implicaria a crítica, sobretudo, às potências

capitalistas) e ao se fazer notória utilização do verde nas imagens e quadros, bem como ao fato de haver, novamente, forte crítica às medidas provenientes do governo brasileiro.

Percebe-se com clareza que a questão ambiental não consiste em uma prioridade dos grupos que se fazem representar na Revista *Veja* e não condiz com suas ambições imediatas, uma vez que implica um olhar crítico sobre a forma como está estruturada a sociedade brasileira contemporânea, fortemente influenciada pelo que é estabelecido pelas nações que detêm o domínio das relações capitalistas mundiais e das quais é historicamente dependente.

O modo como a *Veja*, o semanário de maior circulação do Brasil, divulga informações relacionadas à problemática ambiental, no período estudado, caracteriza-se por uma banalização desta, tratada de maneira fragmentada, o que influi no processo de formação do pensamento a respeito de tal questão, limitando sua amplitude e inibindo a responsabilidade das camadas elitistas e de grupos estrangeiros no processo de degradação ambiental no país e a conscientização dos indivíduos com relação ao direito de viver em um ambiente saudável.

Assim, a população não desenvolve um olhar crítico sobre a situação em que se encontram os recursos naturais do planeta, mantendo-se passiva diante da contínua expropriação dos mesmos, uma vez que as informações ambientais veiculadas não permitem que ela reflita acerca da questão e proponha medidas de intervenção, o que significaria uma ameaça ao modelo de desenvolvimento que conserva a exclusão social, a alienação e a dependência brasileira com relação às políticas e à cultura determinadas pelos interesses do capital internacional.

## **Bibliografia**

ARBEX JÚNIOR, José. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo. Casa Amarela. 2001.

ARNOLD, W. *Corrupção crônica campeia no Sudeste da Ásia*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/herald/2005/10/29/ult2680u204.jhtm>>. Acesso em: nov 2005.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro. Editora Ática. 1990.

BARRETO, G. *Veja, Folha e Carta*. Disponível em:<<http://www.consciencia.net/2004/mes/10/gb-carta.html>>. Acesso em: nov. 2005.

BECKER, Bertha K. *Repensando a Questão a Ambiental no Brasil a partir da Geografia Política*. in: BUSS, Paulo M..(Org.). *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento*, v.2. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco. .1992.

BRAICK, Patrícia R. e MOTA, Myriam B. *Da revelação do Ouro*. In: *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo. Ed. Moderna. 2002.

BRAICK, Patrícia R. e MOTA, Myriam B. *Um país sem nação*. In: *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo. Ed. Moderna. 2002.

BRAICK, Patrícia R. e MOTA, Myriam B. *Ordem sem progresso*. In: *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo. Ed. Moderna. 2002.

BRAICK, Patrícia R. e MOTA, Myriam B. *Brasil República: autoritarismo ou democracia?* In: *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo. Ed. Moderna. 2002.

BRAICK, Patrícia R. e MOTA, Myriam B. *Barbaridade che! Um presidente gaúcho! In: História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo. Ed. Moderna. 2002.

BRAICK, Patrícia R. e MOTA, Myriam B. *Os especialistas em planejamento. In: História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo. Ed. Moderna. 2002.

BRAICK, Patrícia R. e MOTA, Myriam B. *Um longo tempo de obscuridade. In: História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo. Ed. Moderna. 2002.

BRASIL. *O que o brasileiro pensa o meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade. in: MMA/MAST/ISER,[s.l.]. 1997.*

BUSS, Paulo M. *Apresentação. in: BUSS, Paulo M. (Org.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento*, v.1. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco. 1992.

CALDEIRA, Jorge. *Bye Bye, Brasil. In: Mauá: empresário do Império*. São Paulo. Companhia das Letras. 1999.

CHAME, Marcia. *“Dois Séculos de Crítica Ambiental no Brasil” e Pouco Mudou. In: MINAYO, Maria C.S. e MIRANDA, Ari C. (Orgs).Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro. EDITORA FIOCRUZ.2002.

COTRIM, Gilberto. *Independência do Brasil e das colônias da América Latina. In: História do Brasil: um olhar crítico*. São Paulo. Ed. Saraiva. 1999.

COTRIM, Gilberto. *República Velha. In: História do Brasil: um olhar crítico*. São Paulo. Ed. Saraiva. 1999.

COTRIM, Gilberto. *Segundo Reinado: sociedade e economia. In: História do Brasil: um olhar crítico*. São Paulo. Ed. Saraiva. 1999.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo. Companhia das Letras. 2000.

DUARTE, Ana J.C. *Conhecendo o discurso do texto- Oterritório e a Vigilância em Saúde: entre identidades e diferenças*. Rio de Janeiro. 2005.

FERNANDES, Francisco A.M. *O Papel da Mídia na Defesa do Meio Ambiente*. Disponível em: <[www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/opapelmidia-N2-2001.pdf](http://www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/opapelmidia-N2-2001.pdf)>. Acesso em: jul.2005.

FRANCO, Tânia. *Padrões de Produção e Consumo nas Sociedades Urbano-Industriais e suas Relações com a Degradação da Saúde e do Meio Ambiente*.in: MINAYO, Maria C.S. e MIRANDA, Ari C. (Orgs).*Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro. EDITORA FIOCRUZ. 2002.

FREITAS, Carlos M. de. *Subsídios para um Debate sobre as Inter-Relações Produção, Consumo, Saúde e Meio Ambiente*. In: MINAYO, Maria C.S. e MIRANDA, Ari C. (Orgs).*Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro. EDITORA FIOCRUZ. 2002

FURTADO, João. *Mundialização, reestruturação e competitividade: a emergência de um novo regime econômico e as barreiras às economias periféricas* .Disponível em: <<http://globalization.sites.uol.com.br/mundiali.htm>>. Acesso em: nov. 2005.

HERNANDES, Nilton. Por dentro de Veja. In: A revista Veja e o discurso do emprego na globalização. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/vejacap1.doc>>. Acesso em : set.2005

HOBBSAWN, Eric J. *A Origem da Revolução*. In: *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1983.

HOBBSAWN, Eric. *Rumo a um mundo industrial. In: A Era das Revoluções- 1789-1848.* São Paulo. Ed. Paz eTerra. 2004.

LACAZ, Francisco A.C.. *A Propósito do Capítulo “Processos de Produção e consumo e a Degradação as Saúde e Meio Ambiente”.* In: MINAYO, Maria C.S. e MIRANDA, Ari C. (Orgs).*Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós.* Rio de Janeiro. EDITORA FIOCRUZ. 2002.

LEFF, Enrique *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. in: REIGOTA, Marcos (Org.) et al. Editora DpeA/1999.*

LIMA, A.M. *Exclusivo: capítulo do livro de Mino Carta com a história do rompimento com Veja em 1976.* Disponível em: <[www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al201120003.htm](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/al201120003.htm)>

LOPES, Emília R. *Câncer e meio ambiente. in: BUSS, Paulo M..(Org.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento, v.2.* São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco. .1992.

MAGNOLI, Demétrio e ARAUJO, Regina. *O modelo econômico brasileiro. In: Geografia: paisagem e território.* São Paulo. Ed. Moderna. 2003.

MAGNOLI, Demétrio e ARAUJO, Regina. *O meio tecnocientífico. In: Geografia: paisagem e território.* São Paulo. Ed. Moderna. 2003.

MAGNOLI, Demétrio e ARAUJO Regina. *A produção do espaço industrial. In: Geografia: paisagem e território.* São Paulo. Ed. Moderna. 2003.

MAGNOLI, Demétrio e ARAUJO, Regina. *O espaço industrial brasileiro. In: Geografia: paisagem e território.* São Paulo. Ed. Moderna. 2003.

MAGNOLI, Demétrio e ARAUJO, Regina. *A política internacional e Meio Ambiente. In: In: Geografia: paisagem e território*. São Paulo. Ed. Moderna. 2003.

MINAYO, Maria C. de S. (Org.) et.al. *Pesquisa social: teoria, criatividade e método*. Petrópolis-RJ. Editora Vozes. 2002.

MIRA, M. C. *Constituição e segmentação do mercado de revistas no Brasil: o caso da Editora Abril*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 21, 2001. Anais...INTERCOM, 1998.

MIRANDA, Ari C. (Orgs).*Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro.EDITORA FIOCRUZ. 2002.

MOREIRA, Josino C. *Processos de Produção e consumo e suas Relações com a Saúde Humana e Ambiental: alguns comentários adicionais*.

MOTA, Carlos G. *A época mercantilista. In: História Moderna e Contemporânea*. São Paulo. Ed. Moderna. 1991.

MOTA, Carlos G. *a Revolução Industrial na Inglaterra. In: História Moderna e Contemporânea*. São Paulo. Ed. Moderna. 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. *A Amazônia no final do século XX. In: Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas. Papirus. 1987.

ORLANDI, Eni. P. *Análise de Discurso. Princípios & Procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes. 1999.

PÁDUA, José A. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista: 1786-1888*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2002.

PÁDUA, José A. *Dois Séculos de Crítica Ambiental no Brasil* in: MINAYO, Maria C.S. e

MIRANDA, Ari C. (Orgs). *Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro. EDITORA FIOCRUZ. 2002.

PAIVA, Mário Antônio Lobato. *Globalização e a Amazônia*. in: *Âmbito Jurídico*, mai/1998 [Internet] <<http://www.ambito-juridico.com.br/aj/cron0005.html>>. Acesso em nov. 2005.

PEREIRA, Wellington. *As mídias e as linguagens totalitárias*. Disponível em: <[http://www.adufpbjp.com.br/publica/conceitos/6/art\\_13.PDF](http://www.adufpbjp.com.br/publica/conceitos/6/art_13.PDF)>. Acesso em: jul. 2005.

RAMOS, Luís F.A. *Meio Ambiente e Meios de Comunicação*. São Paulo. ANNABLUME./FAPESP. 1995.

RIGOTTO, Raquel. *Produção e Consumo, Saúde e Ambiente: em busca de fontes e caminhos*. In: MINAYO, Maria C.S. e MIRANDA, Ari C. (Orgs). *Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro. EDITORA FIOCRUZ. 2002.

ROCHA, Rogério L. e Franco, Justa H.B. *Mídia e Meio Ambiente- análise da cobertura sobre a temática ambiental na Revista Veja, entre janeiro e dezembro de 1999*. Salvador. 2000.

RODRIGUEZ, Hector R.. et al. A ética do desenvolvimento e as relações com saúde e meio ambiente. in: BUSS, Paulo M..(Org.). *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento*, v.2. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco. .1992.

SABROZA, Paulo C. e LEAL, Maria do C. *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento- alguns conceitos fundamentais*. in: BUSS, Paulo M..(Org.). *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento*, v.2. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco. .1992.

SODRÉ, Muniz. *A Comunicação do Grotesco: introdução à cultura de massa brasileira*. Petrópolis-RJ. Editora Vozes. 1985.

SODRE, Nelson W. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1999.

SOUSA, Cidoval M. de e FERNANDES, Francisco A. M.. *Mídia e Meio Ambiente: limites e possibilidades*. Disponível em: <[www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/midiaemeioambiente-N2-2002.pdf](http://www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/midiaemeioambiente-N2-2002.pdf)>. Acesso em: jul.2005.

STOTZ, Eduardo N. Processo de conhecimento sobre saúde, meio ambiente e desenvolvimento na relação entre a sociedade civil e Estado. In: BUSS, Paulo M.(Org.). *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento*, v.2. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco. 1992.

TAVARES, Hermes M. *Inovações Tecnológicas e suas Implicações Territoriais*. In: PIQUET, Rosélia e RIBEIRA, Ana C. T. *Brasil, território de desigualdades: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed./Fundação Universitária José Bonifácio. 1991.

VICENTINO, Cláudio. *A Idade Moderna- O capitalismo comercial*. In: *História Geral*. São Paulo. 1991.

VICENTINO, Cláudio. *A idade Contemporâneo*. In: *História Geral*. São Paulo. 1991.

VILLAR, Roberto. *Jornalismo ambiental-Evolução e Perspectivas*. Disponível em: <[www.agirazul.com.br/artigos.jorental.htm](http://www.agirazul.com.br/artigos.jorental.htm)>. Acesso em: jul.2005.

REVISTA VEJA. São Paulo. Editora Abril. v.1908. n.23. jun.2005

<http://www.revolutas.org>

[http://www.multirio.rj.gov.br/riomidia/por\\_noticia\\_home\\_topo.asp?id\\_noticia=3](http://www.multirio.rj.gov.br/riomidia/por_noticia_home_topo.asp?id_noticia=3)

<http://observatório.ultimosegundo.ig.com.Br/artigos/iq041120032p.htm>

<http://br.news.yahoo.com/051121/40/zipq.html>

<http://citybrazil.com.br>

<http://www.comciencia.br/reportagens/petroleo/pet12.shtml>

<http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2005/out/16/26.htm>

[http://www.brasiloeste.com.br/noticia/1651/seca\\_amazonas](http://www.brasiloeste.com.br/noticia/1651/seca_amazonas)

<http://www.amazonia.org.br>

<http://www.geocities.yahoo.com.br>